

Sumário

Número de notícias: 61 | Número de veículos: 48

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL

Portaria da Previdência altera certidão para aposentadoria de servidores; entenda (Previdência) 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planalto judicializa a desoneração 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Caminho da regulamentação 10

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara prorroga Pose ao custo de R\$ 15 bi 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda estima R\$ 30 bi de economia com Perse 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo cria grupo para elevar produção e segurar preço dos alimentos 15

O POPULAR - GO - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo Lula aciona Supremo contra a desoneração da folha 17

JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

União apela ao STF contra desoneração e Zanin será relator 18

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo recorre ao STF para acabar com a desoneração 19

A TARDE - SALVADOR - BA - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

AGU recorre ao STF para derrubar desoneração de setores e municípios 20

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
SEGURIDADE SOCIAL

AGU contesta no STF desoneração de setores e cidades 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad entrega primeiro projeto de lei complementar da reforma tributária 22

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova redução no IR de 33 mil 24

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Senado aprova redução de Imposto de Renda para motoristas de aplicativo e taxistas 26

Quinta-Feira, 25 de Abril de 2024

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Imposto de Renda: veja como o MEI deve declarar 28

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado vão cair para 1,68% ao mês 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

CNPS aprova corte do teto do consignado para 1,68% 30

A TRIBUNA - ES - REPORTAGEM ESPECIAL
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas vão complementar a aposentadoria de 100 mil 31

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de juros cairá para 1,68% 33

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto de Vanderlan reduz IR para motoristas de táxi e aplicativos 34

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Décimo terceiro do INSS 35

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Falsos servidores do INSS dão golpe da prova de vida em beneficiários; saiba se proteger
..... 36

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: juro do consignado cairá para 1,68% ao mês 38

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: novo teto de juros do consignado 39

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Aprovada redução de juros do consignado do INSS para 1,68% 40

AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7 41

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Criminosos desviaram R\$ 14 milhões 42

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS
SERVIDOR PÚBLICO

Invasão atingiu TSE; desvio soma R\$ 14 mi 43

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: IVA deverá ter alíquota média de 26,5% 45

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo envia reforma tributária ao Congresso, mas regulamentação será longa - MERCADO
S/A**

.....	47
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regulamentação no Congresso	49
O ESTADO DE S. PAULO - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo livra alimento ultraprocessado de "imposto do pecado" e inclui veículos	51
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo livra ultraprocessado e inclui carros em "imposto do pecado"	52
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Projeto do governo indica 15 itens para cesta básica com imposto zero	53
O GLOBO - RJ - CAPA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Proposta do governo cria cesta básica nacional e imposto médio de 26,5%	54
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Carga de até 27,3% não surpreende	55
ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regulamentação é entregue; IVA terá alíquota de até 27,3%	56
O POPULAR - GO - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad entrega ao Congresso regulamentação da tributária	58
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Imposto menor para advogados e médicos	60
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Projeto de regulamentação chega ao Congresso	61
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lula diz que tecto da Reforma Tributária está fechado	63
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad se reúne com Lira e Pacheco	64
O ESTADO - FORTALEZA - CE - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Briga para destinação de verbas não vai acabar nunca, afirma Lira	65
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Proposta de regulamentação tributária tem alíquota de 26,5%	66
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Baixa renda poderá ter 'cashback' de até 50% na conta de luz	67
O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	

Reforma tributária é entregue com alíquota média de 26,5%.....	68
<small>CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Reforma tributária: IVA deverá ter alíquota média de 26,5%, diz Fazenda.....	70
<small>FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Entenda a proposta de regulamentação da reforma tributária em 5 pontos (Reforma tributária)	72
<small>FOLHA ONLINE - SP - ANÁLISE REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Proposta do governo para tributária bate de frente com projetos do setor privado.....	74
<small>O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Médicos, advogados e arquitetos terão desconto de 30% no imposto, com Reforma Tributária. Veja lista completa	75
<small>O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Vacinas da dengue, gripe e Covid serão isentas de imposto, com Reforma Tributária	76
<small>O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
Dentistas, fisioterapeutas e psicólogos terão desconto de 60% no pagamento de imposto, com Reforma Tributária	77
<small>O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA</small>	
A reforma em sua hora da verdade.....	78
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA</small>	
Boa notícia para economia, mercado de trabalho é dor de cabeça para o BC.....	79
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Fluxo para fundos de bônus do Brasil inverte em abril.....	82
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
"Meta não é para se discutir, mas para se perseguir", diz Galípolo.....	84
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Galípolofoi neutro na 1ª fala após mudança de cenário.....	85
<small>O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA</small>	
BC não deveria votar meta de inflação, mas cumprir, diz Galípolo.....	87
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	
Ativos locais têm novo dia de queda.....	88
<small>VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA</small>	

Um caso de amor com títulos do Tesouro - FERNANDO TORRES..... 90

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
ECONOMIA

O atual momento do mercado de investimentos: o que a pós-pandemia traz para os investidores? (Artigo)..... 92

Portaria da Previdência altera certidão para aposentadoria de servidores; entenda (Previdência)

Uma portaria da **Previdência Social** alterou algumas regras relacionadas à aposentadoria de **servidores públicos** federais, estaduais e municipais.

A principal alteração está na CTC (Certidão de Tempo de Contribuição), documento utilizado pelos servidores no pedido do benefício previdenciário.

Segundo especialistas ouvidos pela Folha, o documento está mais completo, com campos onde é possível preencher dados como se há a incidência de tempo especial e período de trabalho para servidor que é pessoa com deficiência.

A CTC é um documento utilizado na aposentaria e muito importante nos casos em que o servidor vai levar o tempo de contribuição de um órgão público para outro, ou vai de um regime para outro.

Por exemplo: se era servidor público federal e vai se aposentar pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), ele leva seu tempo de contribuição no RPPS (Regime Próprio de **Previdência Social**) para o RGPS (Regime Geral de **Previdência Social**) e vice-versa. Também pode levar o tempo de servidor federal para um órgão municipal ou estadual.

O documento, publicado em 18 de abril no Diário Oficial da União, regulamenta ainda como deve ser feito o desconto da contribuição previdenciária quando há mais de um vínculo. Segundo a portaria, para cada salário recebido pelo servidor que tem dois ou mais empregos -exemplos de médicos, enfermeiros e professores- deve ser aplicada a tabela de desconto previdenciário.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Segundo a advogada Adriane Bramante, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), a medida apenas reforça o que já ocorria, no caso do desconto, não trazendo novidades que vão refletir diretamente no salário do servidor, mas reforça norma publicada em 2022.

No caso do tempo especial, ela afirma que a CTC deve trazer a indicação do enquadramento em atividade prejudicial à saúde, se de grau leve, moderado ou grave, levando ao tempo mínimo de contribuição de 15, 20 ou 25 anos em atividade especial.

O advogado Rômulo Saraiva, especialista em Previdência e colunista da Folha, diz que a portaria reafirma a necessidade de CTC para a aposentadoria. "Embora a exigência seja antiga, alguns regimes municipal ou estadual tinham certa tolerância de importar tempo com certidão simples ou mera declaração, sem ser a CTC propriamente", explica.

Para ele, outra regra é a da centralização da emissão da CTC quando há dois cargos públicos ocupados pelo servidor, na tentativa de evitar fraudes.

Roberto de Carvalho Santos, do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), diz que a portaria deixa claro que alterações nas regras de regimes próprios de Previdência de estados e municípios devem ser feitas por meio de leis próprias dos entes, aprovadas em Câmaras de Vereadores ou Assembleias Legislativas.

Ele lembra ainda que, após a reforma da Previdência, foi dado prazo para que estados e municípios instituíam seus regimes de **previdência complementar**, obrigatório no âmbito federal a quem ingressa no serviço público a partir da reforma de 2019.

A criação da **previdência complementar** ou fundo de pensão, parece que mais de 80% dos regimes próprios já fizeram, mas foi prorrogado esse prazo. Mas a tendência é que realmente vai completar esse prazo em breve, de 100% terem plano de **previdência complementar**", diz.

Neste caso, a **previdência complementar** é necessária porque os servidores passam a ser regidos pelo teto do **INSS**, hoje em R\$ 7.786,01.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/portaria-da-previdencia-altera-certidao-para-aposentadoria-de-servidores-entenda.shtml>

Planalto judicializa a desoneração

» **VICTOR CORREIA** » **FERNANDA STRICKLAND**

O governo fez mais um movimento contra o Legislativo na briga pela reoneração da folha de pagamentos.

Ontem, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra o benefício oferecido a 17 setores da economia e a municípios menores.

Foi o sexto round no embate iniciado em dezembro de 2023, quando o Congresso Nacional aprovou a prorrogação da desoneração para 2027.

Depois da aprovação, com ampla maioria, no Senado e na Câmara, Lula vetou a lei. Em seguida, o parlamento derrubou os vetos. O governo editou a Medida Provisória 1.202/2023, revogando a lei. O Congresso não aceitou a MP e a desoneração voltou a valer.

Agora, na ação, o governo pede que a Suprema Corte reconheça a inconstitucionalidade de dispositivos da lei por não terem demonstrado seu impacto financeiro, o que é exigido pela Constituição, pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

"O compromisso da AGU e do governo federal é com a trajetória sustentável da dívida pública.

Nós esperamos e confiamos que o STF aprecie nosso pedido, de modo a declarar a inconstitucionalidade de dispositivos que colocam em risco as contas fiscais, como aqueles que prorrogam benefícios a 17 setores da economia e os que criaram nova alíquota previdenciária para municípios", escreveu Messias em suas redes sociais sobre a ação.

A ação também contesta a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da MP que reonerava pequenas e médias prefeituras. A medida restabelecia de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (**INSS**) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

O especialista em administração pública do Wilton Gomes Advogados, Rodrigo Zotti, reforça que, pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que vale para os municípios, os estados e a União, todas as propostas com incentivos tributários precisam vir acompanhadas

de medidas compensatórias à perda de receita promovida pelo benefício concedido. "A intenção do governo, nesse caso específico, é derrubar a desoneração e automaticamente recuperar (a receita).

Essa lei já nasceu inconstitucional, porque ela não tem medidas de compensação", explicou.

Foi também o que argumentou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ontem, ao justificar a ação. Ele lembrou que esta determinação está tanto na LRF como na emenda constitucional da reforma da Previdência.

"Vamos abrir uma discussão sobre o que é possível, não sobre aquilo que conflita com a reforma da Previdência, que tem uma cláusula fundamental que é a manutenção das receitas da Previdência para honrar os benefícios que o Estado tem que pagar", disse o ministro. Segundo ele, a reforma da Previdência proíbe a "corrosão da base de arrecadação da cota [contribuição] patronal".

"Lacuna gravíssima" A desoneração a 17 setores da economia custou aos cofres públicos, em 2023, mais de R\$ 9 bilhões, segundo a **Receita Federal**.

"A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela **Receita Federal do Brasil** com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R\$ 10 bilhões anuais", argumenta a ação.

Segundo Haddad, o governo quer que o Supremo ateste a legalidade dos limites para as compensações para contestar a concessão de liminares contra o teto para o ressarcimento de **tributos**.

"A declaração de constitucionalidade da compensação é importante para apressar os julgamentos em primeira instância e dar mais segurança para o Estado brasileiro com o que, de fato, podemos contar [em receitas]", explicou o ministro.

Em relação à redução da 20% para 8% da contribuição ao **INSS**, por parte das pequenas prefeituras, Haddad disse que o benefício aprovado pelo Congresso no fim do ano passado ocorreu "às margens" das negociações com a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) e a Frente Nacional dos Prefeitos.

Em resposta a Haddad, a CMN divulgou nota para

repudiar "profundamente" a decisão do governo federal, que recorreu ao STF contra a retomada da desoneração.

"É lamentável retirar a redução da alíquota para aqueles que estão na ponta, prestando serviços públicos essenciais à população, enquanto há benefícios a outros segmentos, com isenção total a entidades filantrópicas e parcial a clubes de futebol, agronegócio e micro e pequenas empresas", diz a nota, assinada pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

O documento também pede que o STF declare a constitucionalidade do artigo 4º da Medida Provisória (MP) 1.202/23, que estipulou limites para a compensação tributária de créditos decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

"Essa lei já nasceu inconstitucional, porque ela não tem medidas de compensação" Rodrigo Zotti, especialista em administração pública

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5883/25-04-2024.html?all=1>

Caminho da regulamentação

**VICTORIA ABEL, THAÍS BARCELLOS, GERALDA DOCA
E RENAN MONTEIRO BRASÍLIA**

Em mais uma etapa da reformulação no sistema de **impostos** do país, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem ao Congresso Nacional o primeiro projeto com as regras para a aplicação da **Reforma Tributária**. Aprovada no ano passado depois de quatro décadas de discussões, a reforma dos **impostos** sobre bens e serviços requer uma ampla regulamentação de tópicos como a cesta básica nacional e o cashback, que é a devolução de **tributos** pagos por famílias de baixa renda.

Haddad apresentou ontem o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação, tratando também de temas como alíquotas reduzidas para profissionais liberais. O documento tem mais de 300 páginas e 500 artigos. Pelo menos outros dois projetos, mais específicos, ainda serão propostos. O ministro entregou o texto pessoalmente aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), depois de validá-lo com o presidente Lula.

EXPECTATIVA COM PRAZO

Em entrevista após o ato, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ficaria entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%. A reforma unifica o **impostos** federais, estaduais e municipais sobre bens e serviços. Essa alíquota, por enquanto, trata-se de uma estimativa, que só será confirmada ao fim da regulamentação.

No ano passado, o governo chegou a estimar uma alíquota de até 27,5%, mas o percentual médio atualizado ficou um pouco mais baixo porque alguns itens do projeto de regulamentação ficaram mais duros -ainda assim, trata-se de uma das alíquotas mais altas do mundo. A regulamentação é importante nessa definição porque, quanto mais exceções, maior a carga sobre os demais contribuintes.

A divulgação da estimativa sobre a alíquota foi uma estratégia. A equipe econômica foi alertada de que essa seria uma das primeiras perguntas dos deputados no início da tramitação. O objetivo foi tirar essa questão das discussões e deixar claro que qualquer mudança impacta os números.

Haddad explicou que as diretrizes do governo

garantem tributação zero para alimentos da cesta básica. Alguns produtos terão alíquota zerada, outros redução, mas "artigos de luxo" terão alíquota cheia. Hoje, a cesta básica tem isenção de **tributos** federais, mas cada estado tem sua própria norma.

-A diretriz do presidente da República foi garantir que, apesar da adoção do IVA, não houvesse nenhum incremento na alíquota dos alimentos. Nós consideramos a cesta básica num nível nacional, vários alimentos foram incluídos na cesta básica nacional -disse Haddad.

Na lista da cesta básica ampla, estão produtos como arroz, leite, manteiga e margarina. Ficam com alíquota reduzida carnes, peixes (exceto alguns, como o bacalhau) e alguns tipos de queijo, entre outros produtos.

O ministro da Fazenda afirmou que o novo sistema tributário do Brasil vai simplificar a cobrança de **impostos** e disse que conta com o apoio do Congresso para a aprovação dos projetos ainda este ano: - Hoje nossa alíquota está na casa de 34%, essa é a alíquota que se paga no Brasil. E nós temos segurança de que, se nós tivermos um sistema digital que coíba evasão, coíba fraude, essa alíquota pode ser reduzida.

Haddad disse ainda que o sistema de **impostos** do Brasil passará a ser um dos melhores do mundo após a conclusão da reforma: - O país aguarda há 40 anos para a solução de um dos mais emaranhados dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está entre os dez piores do mundo e estará entre os dez melhores do mundo -disse o ministro ao entregar o texto a Lira.

O que preocupa o governo agora são as eleições municipais de outubro, que costumam esvaziar o Congresso. Por isso, trabalha para que o texto seja aprovado na Câmara neste semestre, a tempo de concluir a votação no Senado ainda neste ano.

Lira disse que as propostas precisam ser aprovadas antes do recesso parlamentar, que começa em julho. Ele afirmou que estuda a formação de dois grupos de trabalho para relatoria dos projetos de lei complementares: - Não sabemos se vão ser um ou dois relatores. Também pensamos em dois grupos de trabalho, para dar oportunidade a mais deputados. Queremos que em 60 ou 70 dias esteja no plenário, antes do recesso.

Na terça-feira, em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, Lula defendeu manter na regulamentação o mesmo relator do texto da PEC sobre o tema aprovada no ano passado, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Mas isso não está garantido.

Pacheco, por sua vez, também afirmou que pretende dar celeridade à análise do texto no Senado: - O ano de 2024 passa a ser um ano de prioridade para esse tema da regulamentação. É um projeto muito robusto e merecerá toda a nossa atenção.

O cronograma da Fazenda prevê que a regulamentação será feita entre 2024 e 2025. Com o término dessa fase, poderá ter início, em 2026, a transição dos atuais **impostos** para o modelo de IVA.

Pelo modelo adotado na reforma, os **impostos** federais PIS, Cofins e IPI irão compor a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Já o estadual ICMS e o municipal ISS se juntarão no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), controlado pelos estados.

PARA A BAIXA RENDA

Uma das propostas apresentadas ontem trata-se do cashback, devolução de parte do imposto pago, para a população de baixa renda. Segundo o texto, praticamente todos os produtos consumidos por essas famílias terão direito ao cashback, à exceção daqueles sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Terão direito ao cashback as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (equivalente, hoje, a R\$ 706), integrando-se ao Cadastro Único (CadÚnico). Como regra geral, a devolução será calculada sobre o consumo das famílias formalizado, por meio da emissão de documentos fiscais. O cashback será gerido pela **Receita Federal**. Os **tributos** serão devolvidos no momento da cobrança quando se tratar de contas de consumo: luz, água, esgoto e gás.

O projeto também apresenta produtos e serviços que terão alíquota maior, mas não detalha os números. Isso incidirá sobre veículos, embarcações e aeronaves; produtos fumígenos, como cigarros; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; bens minerais extraídos, como petróleo, gás natural e minério de ferro.

"Nosso caótico sistema tributário, que está entre os dez piores do mundo, estará entre os dez melhores" Fernando Haddad, ministro da Fazenda

OS DETALHES DO NOVO SISTEMA

1 Cesta básica nacional, com **impostos** zerados e reduzidos

governo propôs, juntamente com os estados, uma redução no número de produtos para a cesta básica nacional, que contará com isenção dos futuros **impostos** sobre o consumo. A cesta básica com alíquota zero, proposta pelo governo, tem 15 itens (com diferentes categorias), como arroz, feijão, margarina, raízes, farinhas, óleo, açúcar e leite. Haverá uma cesta maior, com redução de 60% no imposto, com carnes, ovos, alguns peixes, crustáceos (exceto lagosta e lagostim).

2 "Cashback": devolução de imposto para baixa renda

A equipe econômica recomenda "cashback"às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, o equivalente a R\$ 706). Pela proposta, haverá devolução de 100% do imposto pago para a CBS (IVA federal) e de 20% para o IBS (IVA estadual e municipal), no caso do gás de cozinha; de 50% para a CBS e 20% para o IBS, no caso de energia elétrica, água e esgoto; e de 20% para a CBS e para o IBS, nos demais casos.

3 "Imposto do pecado" sobre bebidas e petróleo

O governo propôs ainda que o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", seja cobrado sobre cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos poluentes e sobre a extração de minério de ferro, petróleo e gás natural. O objetivo é que bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente tenham um imposto maior do que o restante da economia. As alíquotas, no entanto, só serão conhecidas no futuro.

4 Desconto de 30% na alíquota geral para profissionais liberais

O projeto traz a lista completa das categorias de profissionais liberais que terão alíquota reduzida em 30% em seus serviços; administradores; advogados; arquitetos e urbanistas; assistentes sociais; bibliotecários; biólogos; contabilistas; economistas; profissionais de educação física; engenheiros e agrônomos; estatísticos; médicos veterinários e zootecnistas; museólogos; químicos; profissionais de relações públicas; técnicos industriais; e técnicos agrícolas.

5 Escolas, hospitais, laboratórios e dentistas terão desconto

O projeto propõe que serviços ligados a escolas e hospitais particulares tenham um desconto de 60% no

imposto pago. A proposta traz ainda a lista de medicamentos e equipamentos médicos com isenção total do imposto, ou redução de 60% sobre a alíquota. Não precisarão pagar imposto 383 princípios ativos de medicamentos, listados em anexo no projeto de lei complementar. Estão na lista, por exemplo, vacinas de prevenção a Covid-19, dengue, febre amarela e gripe.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara prorroga Perse ao custo de R\$ 15 bi

Victoria Azevedo e Adriana Fernandes FOLHAPRESS

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na noite desta terça-feira (23) o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com 30 atividades beneficiadas e teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal, após negociação do Ministério da Fazenda e líderes partidários da Casa.

A votação foi simbólica, ou seja, quando não há contabilização dos votos. Agora, o texto seguirá para o Senado.

Na reta final das negociações, o Ministério da Fazenda conseguiu incluir no texto uma cláusula de segurança que garante o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de

Eventos) caso o custo supere o limite de R\$ 15 bilhões.

O valor não será corrigido pela **inflação** mudança que foi feita a pedido do governo pouco antes de o projeto ser votado no plenário. Por outro lado, o Executivo teve que ceder na tentativa de reduzir ao máximo o alcance dos segmentos que poderão ter acesso ao benefício fiscal. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, queria limitar o programa a apenas 12 atividades.

Na primeira versão do parecer, havia a possibilidade de o governo enviar um projeto de lei acabando com o programa assim que o teto fosse alcançado e comprovado pelo Executivo. Mas o texto não previa nenhuma segurança de que a proposta seria aprovada pelo Congresso, tornando, na prática, inócuo o limite.

Contrária desde o início à extensão do Perse, a equipe econômica adotou a estratégia de reduzir danos diante do apoio dado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) à manutenção do incentivo tributário e da resistência dos deputados em acabar com o incentivo fiscal embate travado desde o início do ano e que gerou trocas de farpas entre parlamentares e Haddad.

O ministro vocalizou que o programa era uma janela para fraudes e lavagem de dinheiro, o que irritou deputados. A suspeita de lavagem de dinheiro por meio do benefício do programa foi revelada, em fevereiro, pela Folha.

A saída para fechar brechas foi garantir dispositivo que determina que todas as empresas beneficiárias do

Perse deverão ser habilitadas pela **Receita Federal**. Passado o prazo de 30 dias após o pedido de habilitação sem que tenha havido a manifestação do Fisco, a empresa será considerada habilitada. A exigência da habilitação sofreu muitas críticas dos deputados da oposição.

O projeto estabelece que as empresas que estão no regime de lucro real (com faturamento superior a R\$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025. Esse grupo das maiores empresas do país continuará, no entanto, se beneficiando da alíquota zero do PIS e Cofins.

A proposta do governo previa inicialmente uma reoneração gradual dos **impostos** federais para as empresas do setor, o que foi excluído pela relatora da matéria. Criado na pandemia e originalmente temporário, o Perse garante

alíquota zero dos **tributos** federais (IRPJ, CSLL e PIS/Co-fins) a empresas do setor.

A votação do projeto em plenário nesta terça ocorreu após acordo firmado em reunião mais cedo nesta terça com o ministro Haddad, Lira e lideranças. Os detalhes do acordo foram fechados com o secretário-executivo, Dario Durigan.

LISTA TEM30 ATIVIDADES

De acordo com a matéria aprovada, serão beneficiadas 30 atividades da lista de CNAES (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). Pela lei aprovada no Congresso no ano passado, eram beneficiados 44 CNAES. A Fazenda, no entanto, tentou restringir o Perse, reduzindo para 20, em proposta apresentada em março.

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=2807#book/52>

Fazenda estima R\$ 30 bi de economia com Perse

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a delimitação do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), conforme aprovado na terça-feira na Câmara dos Deputados, foi uma "vitória" porque deve gerar uma economia de cerca de R\$ 10 bilhões por ano, ou quase R\$ 30 bilhões até 2026. O ministro definiu a aprovação como um gesto importante do Parlamento para sanear um problema detectado pela **Receita Federal**.

Na forma atual, a renúncia fiscal prevista no programa fica limitada a R\$ 15 bilhões nos três anos. O projeto ainda tem de passar pelo Senado, mas, segundo Haddad, "tudo indica" que será aprovado lá também.

O Perse foi criado durante a pandemia de Covid-19, dando incentivos fiscais em quatro **impostos** federais: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. No fim do ano passado, o governo tentou encerrá-lo, sem sucesso. Com o projeto atual, a intenção é retirar gradualmente o benefício até 2026. Este ano, porém, permanece a isenção total.

ATAQUE A FRAUDES

O ministro afirmou que a Receita estimava em R\$ 13 bilhões anuais o custo declarado do programa, mas projetava que, considerando os benefícios não declarados pelo contribuinte, a renúncia poderia superar R\$ 20 bilhões, sendo que boa parte desse valor poderia ser de fraudes no programa. A declaração era uma obrigação acessória.

- Agora, para a empresa fazer parte do Perse, vai ser habilitada pela **Receita Federal** conforme o projeto aprovado pela Câmara e que, ao que tudo indica, será aprovado pelo Senado. Nós coibimos a possibilidade de fraude ao programa. Vai ficar limitado a R\$ 5 bilhões, quando chegava a mais de R\$ 20 bilhões, nas contas da **Receita Federal** -disse Haddad.

Na versão aprovada terça-feira, após acordo entre o Ministério da Fazenda e líderes parlamentares, o programa passará a incluir 30 setores. Além de eventos, bares, restaurantes e hotéis, a última versão do texto havia incluído apart-hotéis.

A relatora da proposta, Renata Abreu (Podemos- SP), havia retomado a isenção fiscal para 44 setores na última versão do texto. O projeto original, do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), previa apenas 12.

COBRANÇAS DIFERENTES

O benefício será aplicado para empresas que declaram pelo lucro real ou presumido. No entanto, a relatora determina que, para as companhias que adotam lucro real, seja retomada a cobrança integral de IRPJ e CSLL em 2025. Para essas empresas, o incentivo fiscal seria aplicável apenas ao PIS e à Cofins, até 2026. Já para as empresas que adotam o lucro presumido, permanece a isenção total sobre os quatro **impostos** até 2026.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo cria grupo para elevar produção e segurar preço dos alimentos

Andréa Jubé

Num momento em que a alta dos preços dos alimentos pressiona a **inflação**, contribuindo para a queda da aprovação do governo, o Ministério da Fazenda criou um grupo em parceria com os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agricultura para monitorar esse processo e discutir instrumentos para aumentar a produção.

Em entrevista ao Valor, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, disse que o governo conta com o pequeno e médio produtor para fortalecer a produção de alimentos no Brasil, e dessa forma, reduzir os preços. Ele acrescentou que o grupo criado pela Fazenda para acompanhar os preços será coordenado pelo secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, que já convocou as primeiras reuniões.

"Temos uma produção de grãos e de carne muito virtuosa, mas precisamos ampliar a produção de arroz, de feijão, de mandioca", argumentou. A trajetória da **inflação** está em queda, mas a percepção do consumidor é de que a comida continua cara. Na aferição do IPCA, em março, o grupo Alimentação e Bebidas registrou aumento de 3,10%. Mas alguns itens tiveram altas superiores, como os preços da cebola (14,3% mais cara do que em fevereiro), tomate (9,85%) e ovo (4,59%).

O ministro citou medidas do MDA para reduzir os preços de alguns insumos, como o programa "Mais leite saudável", que fez diminuir a importação do leite no primeiro trimestre do ano e repactuou a dívida dos grandes produtores. Segundo Teixeira, o segmento pleiteia a ampliação do programa, ao mesmo tempo em que o governo busca meios para estender o benefício ao pequeno produtor.

Teixeira também atribuiu a oscilação dos preços aos fenômenos climáticos, como o El Niño, que afetou o arroz. Citou o excesso de chuvas em janeiro, que provocou perda de uma parte da cultura, bem como o atraso da colheita. Ele afirma que é preciso diversificar as regiões de produção do grão no país para reduzir a sua vulnerabilidade às mudanças climáticas.

"Agora está vindo uma colheita maior do arroz, esperamos a diminuição do preço do arroz, bem como

do feijão, que é uma cultura de curto prazo", acrescentou.

Fazenda e MDA também ajustaram novas modalidades de aquisição de terras para a reforma agrária, como o encontro de contas dos bancos públicos com a União, e o abatimento de dívidas dos Estados em troca de terrenos.

Em meio à nova onda de invasões do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) nas últimas semanas, o ministro defendeu as inovações trazidas pelo programa recém lançado "Terra da Gente", como novas modalidades de aquisições de áreas para assentamentos da reforma agrária.

A primeira novidade, construída em parceria com o Ministério da Fazenda, é a possibilidade de bancos públicos, como Banco do Brasil (BB), cederem terras de seu patrimônio para assentamentos no encontro de contas com o Tesouro Nacional, como o pagamento de dividendos.

"É uma estratégia inédita", salientou. "Precisamos ter paz no campo, e teremos, primeiro, se desarmarmos os espíritos e, segundo, tivermos política para assentar", complementou. Representantes do agronegócio e setores do próprio governo têm criticado atos do MST que prejudiquem áreas produtivas.

O ministro explicou que na função de executor do Plano Safra, o Banco do Brasil acaba incorporando ao seu patrimônio fazendas dadas em garantia das dívidas que o produtor rural não conseguiu quitar. Outro exemplo são terrenos de usinas de cana de açúcar com falência decretada.

Algumas dessas propriedades poderão ser destinadas à reforma fundiária. Teixeira confirmou que já há tratativas em andamento no BB, mas que não pode torná-las públicas pela regra de confidencialidade. Ele ainda tentará agregar outras instituições públicas, como os bancos do Nordeste e da Amazônia (Basa) ao programa.

A segunda novidade é a possibilidade de abatimento das dívidas dos Estados com a União por meio da cessão de terrenos estaduais para os assentamentos. Por fim, pessoas físicas poderão quitar débitos com a

Receita Federal mediante a doação de propriedades rurais para fins de assentamentos.

O ministro esclareceu que, paralelamente, permanece a alternativa da desapropriação em situações de ilícitos, como trabalho escravo na propriedade ou plantações de psicotrópicos. Para esses casos, o orçamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para este ano é de R\$ 520 milhões, mas, com o novo leque de possibilidades, o ministro acha que esse valor pode subir para R\$ 1 bilhão.

O governo pretende assentar 295 mil famílias até 2026. O MST cobra o assentamento de 65 mil famílias já neste ano - segundo o Incra, foram 30 mil cadastradas até agora em 2024 em 252 acampamentos.

Teixeira esclareceu que a prioridade para os novos assentamentos são famílias acampadas sob lonas nas margens das rodovias, e em áreas de conflitos agudos. "Temos situações de crianças que nasceram e estão crescendo em acampamentos sob lonas, não podemos conviver com essa realidade", lamentou.

Nessa conjuntura, Teixeira afirma que está trabalhando para que os novos assentamentos nasçam "em berços esplêndidos".

Para isso, o MDA firmou convênios com as faculdades de agronomia das universidades brasileiras para que deem assessoria a esses locais, orientando sobre os primeiros passos, quais as culturas mais apropriadas para aquele terreno, como proteger o meio ambiente, entre outras ações. "Tenho defendido a ideia de agrovilas, e como organizá-las em cooperativas ou associações", reforçou. Em paralelo, ele tem atuado para integrar os assentamentos a grandes empresas, por exemplo do setor de varejo, que possam dar assistência aos trabalhadores rurais para integrá-los à economia.

Governo aceitará terras para reforma agrária como pagamento de dívidas dos Estados

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852>

Governo Lula aciona Supremo contra a desoneração da folha

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entrou com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para pedir a declaração de inconstitucionalidade da lei que prorrogou a desoneração da folha de 17 setores e cortou a alíquota previdenciária de prefeituras. A ação é assinada pelo próprio presidente e pelo chefe da AGU (Advocacia-Geral da União), ministro Jorge Messias.

O principal argumento da ação é que a desoneração foi aprovada pelo Congresso Nacional "sem a adequada demonstração do impacto financeiro da medida". O governo diz que a ausência de compensação viola a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Constituição Federal.

"A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela **Receita Federal do Brasil** com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de RS 10 bilhões anuais", diz o documento.

A ação também pede a declaração de constitucionalidade do artigo 49 da MP (medida provisória) 1.202 editada no fim do ano passado, que criou um limite para empresas usarem créditos judiciais no abatimento de **tributos** a pagar.

Segundo a AGU, a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) já identificou pelo menos 40 ações judiciais questionando a norma. Em oito delas, houve decisão liminar favorável aos contribuintes, permitindo o uso de créditos judiciais para além dos limites estipulados pelo governo. O Executivo calcula um impacto negativo de RS 169,7 milhões.

A AGU afirma que os dados "já são suficientes para denotar um estado difuso de judicialização que vitimiza a integridade da eficácia do artigo 4º da MP nº 1.202/2023".

O benefício da desoneração da folha foi criado em 2011, no governo Dilma Rousseff (PT), e prorrogado sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles estão contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário,

construção civil, empresas de construção e obras de infraestrutura, de comunicação, entre outros.

A prorrogação do benefício até o fim de 2027 foi aprovada pelo Congresso no ano passado, mas o texto foi integralmente vetado por Lula. Em dezembro, o Legislativo decidiu derrubar o veto presidencial, restabeleceu -do o benefício setorial.

Em reação, o ministro da Fazenda enviou uma nova MP ao Congresso, propondo a reoneração gradual da folha de pagamentos e a consequente revogação da lei promulgada após a derrubada do veto. A medida, anunciada por Haddad em 28 de dezembro do ano passado, valeria a partir de 1º de abril.

O novo texto sofreu resistências do Congresso Nacional, e o governo precisou revogar o trecho da reoneração das empresas na tentativa de buscar um acordo político. Ao mesmo tempo, o Executivo enviou um projeto de lei tratando da redução gradual do benefício.

No início de abril, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) desidratou ainda mais a MP e decidiu derrubar do texto o trecho que reonerava as prefeituras. A decisão do governo de judicializar o tema vem depois da constatação de que não foi possível chegar a um acordo político a respeito com os parlamentares.

PREFEITURAS Pacheco deixou caducar o trecho da MP que tratava sobre a reoneração da folha de pagamento das prefeituras. O texto previa que a alíquota cobrada dos municípios com até 156,2 mil habitantes passaria de 8% para 20%, o que foi derrubado com a ação.

Em nota, o presidente do Senado afirmou que "as decisões significam que a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, não por MP" e criticou o ato do governo, que tentava suplantar decisão do Congresso. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/25-abril-2024/10-caderno>

União apela ao STF contra desoneração e Zanin será relator

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou nesta quarta-feira, 24, uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos municípios e de 17 setores da economia até 2027. O órgão também quer que o Supremo declare inconstitucional a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de não prorrogar o trecho da medida provisória (MP) editada pelo governo que estabeleceu a reoneração dos municípios.

O argumento do governo é que a lei da desoneração, promulgada no final do ano passado, não demonstrou o impacto financeiro da medida, conforme exigido pela Constituição. "A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela **Receita Federal do Brasil** com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R\$ 10 bilhões anuais", argumenta a AGU na petição.

Na mesma ação, a AGU também pede a declaração de constitucionalidade da MP, editada nos últimos dias de 2023, que estipulou limites para a compensação tributária de créditos. Por consequência, quer suspender todas as judiciais que tenham recusado a aplicação da norma.

Preferência O governo federal pediu ao STF que o ministro Cristiano Zanin, indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, à Corte, fosse o relator da ação contra a desoneração da folha de pagamento dos municípios e de 17 setores da economia.

O motivo para o pedido é que Zanin já é relator de ação apresentada pelo Novo que contesta a medida provisória do governo que estabeleceu a reoneração. Segundo a AGU, ambas ações "possuem inegável vínculo de afinidade temática". O pedido foi assinado por Lula, além do ministro da AGU, Jorge Messias.

O pedido foi aceito ainda ontem e a ação do governo foi distribuída para Zanin. (AE)

Haddad: "Harmonizar o assunto nos tribunais"

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo busca uma declaração de constitucionalidade sobre a regra que regula a

compensação tributária para "consolidar" o tema no Judiciário e reverter "poucas" decisões liminares que contribuintes conseguiram na Justiça contra a norma. Segundo o ministro, a votação do tema no Congresso está encaminhada e a decisão de acionar o STF visa harmonizar o assunto entre os tribunais.

"Há acordo de votar a MP da compensação. Para nós, o importante é cassar umas poucas liminares que foram concedidas. Na primeira instância, temos, até última informação, mais vitórias do que derrotas, mas para nós é importante consolidar o tema da compensação para que a receita venha em linha com o projetado pela Fazenda", disse Haddad.

No Congresso, a medida provisória que prevê o limite temporal de compensação de créditos tributários obtidos por decisão judicial foi aprovada em comissão mista na semana passada. Agora, o texto precisa passar pelos plenários da Câmara e do Senado. (AE)

Site: <http://digital.jornalnh.com.br>

Governo recorre ao STF para acabar com a desoneração

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou ontem (24), uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos municípios e de 17 setores da economia até 2027. O órgão também quer que o Supremo declare inconstitucional a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de não prorrogar o trecho da medida provisória (MP) editada pelo governo que estabeleceu a reoneração dos municípios.

O argumento do governo é que a lei da desoneração, promulgada no final do ano passado, não demonstrou o impacto financeiro da medida, conforme exigido pela Constituição. "A lacuna é gravíssima, sobretudo se considerado o fato de que a perda de arrecadação anual estimada pela **Receita Federal do Brasil** com a extensão da política de desoneração da folha de pagamento é da ordem de R\$ 10 bilhões anuais", argumenta a AGU na petição.

Reação Em nota oficial, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) disse "repudiar profundamente que o Governo Federal atue pela retirada de uma conquista estimada em R\$ 11 bilhões por ano ao judicializar a questão". Acontece que após a retirada do trecho da MP no Senado, o governo ingressou no Congresso com um projeto de lei que reonera a folha de pagamento dos Municípios.

Segundo a CNM, o PL impacta negativamente os municípios em R\$ 6,3 bilhões este ano e, ao criar regras diferenciadas com base na Receita Corrente Líquida (RCL) per capita, deixa de beneficiar 2,9 mil Municípios. A proposta prevê que a alíquota seria elevada para 14% já em 2024, 16% em 2025, 18% em 2026, e retornaria a 20% a partir de 2027. Nos primeiros três meses do ano, a desoneração representou uma economia de nesses três primeiros meses do ano, garantiu uma economia de R\$ 2,4 bilhões para os municípios. A ação do governo foi distribuída para o ministro Cristiano Zanin, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Corte. Zanin já é relator de ação apresentada pelo Novo que contesta a medida provisória (MP) do governo que estabeleceu a reoneração.

Normalmente as ações que entram na Corte são sorteadas, exceto quando já tramitam outros processos que discutem o mesmo tema. Nesses

casos, o processo é distribuído por "prevenção" para o ministro que já é relator das ações semelhantes. Nesse caso, a própria AGU solicitou que Zanin fosse designado relator.

A AGU requereu ainda ao Supremo para que Zanin fosse designado relator por já estar à frente de outra ação sobre o tema

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/vyxn/#p=1>

AGU recorre ao STF para derrubar desoneração de setores e municípios

ANDRÉ RICHTER E WELLTON MÁXIMO Agência Brasil, Brasília

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a desoneração de **impostos** sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. A estimativa de perda de arrecadação é de R\$ 10 bilhões anuais.

No entendimento da AGU, a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

"O governo tem responsabilidade fiscal e precisa levar essa discussão, neste momento, ao Supremo Tribunal Federal. Sem a declaração de inconstitucionalidade destes dispositivos, nós colocaremos em risco as contas fiscais", declarou Messias.

A ação também contesta a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Editada no final do ano passado pelo governo federal, a medida restabeleceu de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (**INSS**) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado pelo presidente Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

Ministério da Fazenda Em entrevista, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que qualquer desoneração a um setor deve ser vinculada a alguma medida de compensação para manter a arrecadação. Tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal como a reforma da Previdência estabelecem essa obrigação.

"Vamos abrir uma discussão sobre o que é possível, não sobre aquilo que conflita com a reforma da Previdência, que tem uma cláusula fundamental que é

a manutenção das receitas da Previdência para honrar os benefícios que o Estado tem que pagar", disse o ministro. Segundo ele, a reforma da Previdência proíbe a "corrosão da base de arrecadação da cota [contribuição] patronal".

Haddad deu a declaração antes de se reunir com o presidente Lula no Palácio do Planalto, para definir os últimos detalhes do primeiro projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**.

Em relação à redução da 20% para 8% da contribuição ao **INSS**, por parte das pequenas prefeituras, Haddad disse que o benefício aprovado pelo Congresso no fim do ano passado ocorreu "às margens" das negociações com a Confederação Nacional dos Municípios (CMN) e a Frente Nacional dos Prefeitos.

Na ação ajuizada pela AGU, o governo também pede a constitucionalidade do trecho da MP 1.202, editada no fim de dezembro, que estabelece limites para a compensação tributária de créditos com origem em decisões judiciais transitadas em julgado.

Segundo Haddad, o governo quer que o Supremo ateste a legalidade dos limites para as compensações para contestar a concessão de liminares contra o teto para o ressarcimento de **tributos**.

R\$ 10 bi é a estimativa de perda de arrecadação. Governo reclama que a desoneração foi prorrogada sem apurar o impacto financeiro da renúncia fiscal

Site:

<https://digital.mflip.com.br/pub/editoraatarde/?numero=845&edicao=21835>

AGU contesta no STF desoneração de setores e cidades

André Richter

A Advocacia-Geral da União (AGU) recorreu nesta quarta-feira (24) ao Supremo Tribunal Federal (STF) para derrubar a desoneração de **impostos** sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios. A estimativa de perda de arrecadação é de R\$ 10 bilhões anuais.

No entendimento da AGU, a desoneração foi prorrogada até 2027 pelo Congresso sem estabelecer o impacto financeiro da renúncia fiscal. A petição foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias.

'O governo tem responsabilidade fiscal e precisa levar essa discussão, neste momento, ao Supremo Tribunal Federal. Sem a declaração de inconstitucionalidade destes dispositivos, nós colocaremos em risco as contas fiscais', declarou Messias.

A ação também contesta a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que invalidou o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202/2023. A MP derrubou a desoneração previdenciária para pequenas e médias prefeituras.

Editada no final do ano passado pelo governo federal, a medida restabeleceu de 8% para 20% a alíquota das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (**INSS**) por parte dos municípios com até 156 mil habitantes.

A desoneração da folha de pagamento para 17 setores e municípios com até 156 mil habitantes foi aprovada pelo Congresso, no entanto, o projeto de lei foi vetado pelo presidente Lula. Em seguida, o Congresso derrubou o veto.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Em entrevista no início desta tarde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que qualquer desoneração a um setor deve ser vinculada a alguma medida de compensação para manter a arrecadação. Tanto a Lei de Responsabilidade Fiscal como a reforma da Previdência estabelecem essa obrigação.

"Vamos abrir uma discussão sobre o que é possível, não sobre aquilo que conflita com a reforma da

Previdência, que tem uma cláusula fundamental que é a manutenção das receitas da Previdência para honrar os benefícios que o Estado tem que pagar", disse o ministro. Segundo ele, a reforma da Previdência proíbe a "corrosão da base de arrecadação da cota [contribuição] patronal".

Haddad deu a declaração antes de se reunir com o presidente Lula no Palácio do Planalto.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Haddad entrega primeiro projeto de lei complementar da reforma tributária

Jéssica Sant'Ana, Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Beatriz Olivon, Guilherme Pimenta e Estevão Taiar

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou nessa quarta-feira (24) aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o primeiro projeto de lei complementar para regulamentação da **reforma tributária** do consumo. O texto tem 360 páginas e 499 artigos. A estimativa da Fazenda para a alíquota média dos novos **tributos** - que será fixada posteriormente - é de 26,5%, podendo chegar a 27,3%. A expectativa de Lira é aprovar as novas regras até o início do recesso parlamentar, que começa em 17 de julho.

O Valor teve acesso à íntegra da proposta, que, até a noite de quarta-feira, não havia sido oficialmente protocolada no sistema do Congresso. Entre os pontos mais aguardados por tributaristas e setores empresariais, estavam a definição da lista de 15 alimentos da cesta básica que terão alíquota zero, o rol de seis tipos de bens sobre os quais incidirão o novo Imposto Seletivo e as regras sobre categorias incluídas em regimes específicos.

O texto segue as diretrizes da proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada pelo Congresso no ano passado, que unifica ICMS, PIS, Cofins e ISS, que serão transformados na CBS (federal) e IBS (dos Estados e municípios), **tributos** que terão legislação única e federal, sem cobrança em cascata e arrecadação no destino. Além disso, prevê uma taxa diferenciada para produtos produzidos fora da Zona Franca de Manaus e que concorram com aqueles fabricados na região.

"O país aguarda 40 anos por uma solução do mais emaranhado dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está ainda, infelizmente, entre os dez piores do mundo e estará entre os dez melhores do mundo a partir da conformação total [da reforma]", disse Haddad, após entregar o texto aos parlamentares.

A proposta de regulamentação não fixa as alíquotas do novo sistema. O secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que as estimativas serão semelhantes às divulgadas pela pasta antes do envio do projeto.

"A estimativa é muito próxima do que tinha antes. Com o desenho, de 25,7% a 27,3%, com uma média de 26,5%. A referência é a média, mas a expectativa é que seja ainda menor", afirmou Appy. No caso do Imposto Seletivo, não há ainda informação e a alíquota dependerá de futura lei ordinária.

O detalhamento sobre as regras para produtos e setores tributados com alíquota diferenciada era um dos pontos mais aguardados da regulamentação. O projeto prevê, por exemplo, 15 itens da cesta básica. Estão nessa lista tipos de manteiga, margarina, leite, arroz e óleo de soja. Os produtos foram especificados de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul - Sistema Harmonizado (NCM/SH).

Outros três também têm alíquota zerada, mas estão localizados em outro anexo no texto enviado ao Congresso: produtos hortícolas, frutas e ovos. Assim, os alimentos destinados à alimentação humana submetidos à alíquota zero seriam 18.

De acordo com a proposta, um dos princípios norteadores para a seleção dos alimentos a serem beneficiados por alíquotas favorecidas "foi a priorização dos alimentos in natura ou minimamente processados e dos ingredientes culinários, seguindo-se as recomendações de alimentação saudável e nutricionalmente adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde".

Outro princípio norteador, aponta o texto, "foi a priorização de alimentos majoritariamente consumidos pelos mais pobres, com o propósito de assegurar que o máximo possível do benefício tributário seja apropriado pelas famílias de baixa renda".

O texto também fixa 14 alimentos que terão alíquotas reduzidas em 60%. O rol de itens inclui carnes, peixes, mate, mel natural e massas alimentícias.

Em outra frente, o projeto detalha as regras para as categorias que serão sujeitas a regimes específicos, com redução de alíquotas em 30%. Segundo o texto, serão 18 categorias sob esse regime, incluindo advogados, administradores, contabilistas e economistas. Os profissionais precisarão estar submetidos "à fiscalização por conselho profissional", segundo a proposta.

Além disso, 27 serviços de saúde terão redução de 60% na cobrança dos novos **impostos**. A lista inclui serviços psiquiátricos, odontológicos, de fisioterapia e laboratoriais.

As regras para o novo Imposto Seletivo também devem ser alvo de disputa no processo de regulamentação, com segmentos divergindo sobre que áreas deveriam ter a tributação extra, voltada a desestimular o consumo de bens considerados "prejudiciais à saúde e ao meio ambiente". Segundo a proposta do governo, entrarão nessa lista: veículos; embarcações e aeronaves; produtos fumígenos; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; e bens minerais extraídos (ferro, petróleo e gás natural).

De acordo com o texto, o IS incidirá uma só vez sobre o bem, sendo vedado qualquer tipo de aproveitamento de crédito do imposto com operações anteriores ou geração de créditos para operações posteriores. O projeto de lei também diz que compete à **Receita Federal** a administração e a fiscalização do novo tributo.

Mais uma inovação da PEC, o chamado "cashback" também é detalhado pela proposta. O sistema prevê a devolução de parte dos **tributos** pagos para as pessoas físicas integrantes de famílias de baixa renda. Conforme o texto obtido pelo Valor, as devoluções dos **tributos** serão destinadas às famílias com renda per capita de até meio salário-mínimo, desde que estejam incluídas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal.

No projeto de lei, o governo propõe como regra geral a devolução de 20% da CBS e do IBS para as famílias pobres. No caso do gás de cozinha, haverá 100% de devolução da CBS e 20% do IBS. Para energia elétrica, água e esgoto, é 50% da CBS e 20% do IBS. Os únicos produtos excetuados são aqueles sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcoólicas, que não terão nenhuma devolução.

A proposta também prevê a possibilidade de criação de programas de "incentivo à cidadania fiscal", com o objetivo de incentivar o consumidor final a solicitar a emissão de nota fiscal. A iniciativa já existe em diversos Estados, a exemplo da "nota fiscal paulista", e visa diminuir a evasão fiscal - o que pode reduzir a alíquota geral. O comitê gestor do IBS e a **Receita Federal** poderão utilizar até 0,05% do valor da arrecadação com esses **tributos** para financiar os programas. A proposta não define como serão usados esses recursos - se com devolução direta para o contribuinte, sorteios ou mesmo campanhas publicitárias.

A partir da entrega da proposta, governo e Congresso devem correr contra o tempo para aprovar a regulamentação até o fim do ano. Antes de receber o texto, Arthur Lira indicou que tentará aprovar a regulamentação na Câmara até o início do recesso parlamentar, em 17 de julho. "Vamos estabelecer calendário de trás para frente. Se você não marca, tudo fica para semana que vem e as coisas vão se estendendo", disse o parlamentar. Depois do recesso, a Casa deve ficar praticamente parada por causa das eleições.

O projeto entregue ontem é o primeiro de um total de três textos para regulamentar a PEC aprovada no ano passado. A expectativa é que outro projeto de lei complementar seja enviado após o feriado para tratar do comitê gestor dos novos **tributos**. Há ainda a necessidade de projeto de lei ordinária para tratar do fundo de compensação aos Estados e as empresas.

Lira afirmou que, se o governo entregasse a reforma nessa quarta, reuniria os líderes dos partidos para decidir se escalaria dois relatores diretamente no plenário ou se criaria dois "pequenos" grupos de trabalho, com cinco ou seis deputados cada. Segundo ele, a escolha de um único relator, sem a formação de um GT, pode acabar atrapalhando porque tem "muita gente com competência e que quer participar". Ele não indicou quem serão os possíveis nomes.

"Vamos estabelecer calendário de trás para frente"

Arthur Lira

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187852>

Senado aprova redução no IR de 33 mil

Gustavo Andrade

O Senado aprovou projeto de lei que reduz a base de cálculo de Imposto de Renda (IR) para prestadores de serviços de transporte autônomos. São os taxistas e motoristas por aplicativo, categoria que tem no Estado cerca de 33 mil profissionais.

A proposta agora precisa ser analisada na Câmara dos Deputados. São cerca de 25 mil motoristas por aplicativo no Estado, segundo a Associação dos Motoristas de Aplicativos do Espírito Santo (Amapes) e cerca de 8 mil condutores de táxi, segundo o Sindicato Profissional dos Motoristas de Táxi no Estado (Sindtavi-ES).

O texto altera a Lei 7.713, de 1988, para propor que a base de cálculo do IR sobre a renda do transportador autônomo de passageiros seja reduzida de 60% para 20%.

Para o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), presidente da Comissão de Direitos Econômicos, que aprovou a proposta, a porcentagem atual não reflete a capacidade contributiva do transportador, que é agravada com o aumento dos custos com combustível e demais insumos, tornando-se "excessiva".

Cardoso destacou que a **Previdência Social** considera a base tributável para fins de contribuição previdenciária, quando o serviço é prestado por condutor autônomo, o montante de 20% do valor da nota fiscal, devendo-se equiparar à do IR. E ressaltou que, segundo estudo da Organização das Cooperativas Brasileiras, os custos de manutenção e combustível correspondem a 80% do faturamento de um taxista, por exemplo, atualmente.

"Hoje, 40% do rendimento bruto do transportador autônomo é custo para trabalhar, sendo os 60% restantes utilizados como base para a tributação. Ocorre que esses percentuais estão desatualizados e prejudicando os motoristas de táxis, vans e por aplicativos. Os custos cresceram muito", disse.

Segundo o relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), o texto traz uma medida justa e de forte impacto social. Para ele, parte substancial do faturamento é utilizada para pagar os elevados custos associados ao serviço, como combustível, manutenção, e pneus, além do custo associado à aquisição do veículo.

Segundo o Poder Executivo, o projeto de lei pode

provocar uma redução de receitas estimada em R\$ 57 milhões ao ano. Como forma de compensação, o relator sugere ampliação em 0,1 ponto percentual na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de financeiras até o final deste ano.

SAIBA MAIS

Custo repassado para financeiras

O projeto A COMISSÃO de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou projeto de lei que diminui o Imposto de Renda (IR) de taxistas e motoristas de aplicativo.

NO ESPÍRITO SANTO. 33 mil motoristas de aplicativo e de táxi serão beneficiados. caso se torne lei.

ATUALMENTE, motoristas que fazem o transporte individual de passageiros têm desconto de 40% sobre a tributação dos rendimentos brutos no Imposto de Renda, ou seja. o tributo é cobrado sobre 60% dos rendimentos.

O PROJETO DE LEI aumenta o desconto para 80% - diminuindo, assim, o percentual dos rendimentos tributados para 20%.

O PROJETO OE LEI foi aprovado de forma terminativa na comissão e deve ser enviado para Câmara dos Deputados, se nenhum senador apresentar recurso para que haja votação no plenário do Senado.

Perda de arrecadação O MINISTÉRIO DA FAZENDA e a **Receita Federal** calculam que a perda de arrecadação com o desconto para os motoristas será de R\$ 57 milhões em neste ano; R\$ 61 milhões no próximo ano; e R\$ 64 milhões em 2026.

A ESTIMATIVA leva em conta declarações de IR de 2022 e desconsidera a entrada de novos contribuintes na base "em virtude de a atividade de transporte de passageiros se tornar mais atrativa em função do benefício".

A PEDIDO DO GOVERNO, o relator, senador Sérgio Petecão, determinou que o benefício terá validade de cinco anos.

PARA COMPENSAR as perdas de arrecadação. Petecão acertou com o Ministério da Fazenda a ampliação em 0.1 ponto percentual a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições

financeiras até o final de 2024.

O AUMENTO na cobrança da CSLL somente entraria em vigor depois de três meses da eventual sanção do projeto de lei por Lula -respeitando o princípio tributário da chamada "noventena".

Lira quer mudança no texto

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o projeto de lei que vai regulamentar os serviços prestados por motoristas de aplicativos encontrará dificuldades para ser aprovado na Casa.

O projeto enfrenta resistência no Congresso e entre a categoria.

A proposta apresentada pelo governo no mês passado teve seu regime de urgência retirado por receio do governo em não conseguir os votos suficientes. O presidente da Câmara diz que, se o texto não for alterado, não deve ser aprovado no Plenário.

"É uma realidade de serviços que está posta e tem o seu funcionamento adequado hoje. Se precisar ajustar alguma ponta ou outra, é uma coisa", disse, e continuou: "Mas se for para retornar algumas situações de antes, principalmente com relação à organização sindical dessas empresas, eu acho que vai ser difícil aprovar no Plenário da Câmara, pelo o que eu vi até agora, a não ser que o texto seja bastante modificado nas Comissões".

Senado aprova redução de Imposto de Renda para motoristas de aplicativo e taxistas

Tháisa Oliveira FOLHAPRESS

A CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado aprovou nesta terça-feira (23) projeto de lei que diminui o Imposto de Renda de taxistas e motoristas de aplicativo. A proposta foi aprovada com o apoio do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por 17 votos a 0.

Atualmente, motoristas que fazem o transporte individual de passageiros têm desconto de 40% sobre a tributação dos rendimentos brutos no Imposto de Renda, ou seja, o tributo é cobrado sobre 60% dos rendimentos.

O projeto de lei aumenta o desconto para 80% diminuindo, assim, o percentual dos rendimentos tributados para 20%.

O PL foi aprovado de forma terminativa na comissão e deve ser enviado para Câmara dos Deputados, se nenhum senador apresentar recurso para que haja votação no plenário do Senado.

O Ministério da Fazenda e a **Receita Federal** calculam que a perda de arrecadação com o desconto para os motoristas será de R\$ 57 milhões em neste ano; R\$ 61 milhões no próximo ano; e R\$ 64 milhões em 2026.

A estimativa leva em conta declarações de IR de 2022 e desconsidera a entrada de novos contribuintes na base "em virtude de a atividade de transporte de passageiros se tornar mais atrativa em função do benefício".

A pedido do governo, o relator, senador Sérgio Petecão (PSD-AC), determinou que o benefício terá validade de cinco anos.

Para compensar as perdas de arrecadação, Petecão acertou com o Ministério da Fazenda a ampliação em 0,1 ponto percentual a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) de instituições financeiras até o final de 2024.

O aumento na cobrança da CSLL somente entraria em vigor depois de três meses da eventual sanção do projeto de lei por Lula respeitando o princípio tributário da chamada "noventena".

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2807#book/52>

Imposto de Renda: veja como o MEI deve declarar

Quem é MEI (Mi - croempreendedor Individual) pode precisar fazer duas declarações ao ano para a **Receita Federal**. A primeira sobre pessoa física para declarar seus rendimentos e realizar o acerto do imposto de renda a pagar ou a restituir, bem como demais informações patrimoniais, caso se enquadre nos critérios de obrigatoriedade da Receita.

E uma segunda específica para a MEI, como pessoa jurídica. A IOB, smart tech que entrega conteúdo de legislação e sistemas de gestão contábil e empresarial, explica como declarar o imposto sendo MEI.

O MEI DEVE ENTREGAR

Todo ano, enquanto pessoa jurídica, o microempreendedor individual precisa realizar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI), sistema de tributação e recolhimento do Simples Nacional.

E, segundo Daniel de Paula, coordenador tributário da IOB, enquanto pessoa física, caso se enquadre em um dos critérios de obrigatoriedade da Receita, também deve realizar a Declaração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (DIRPF). Em 2024, ambas as declarações devem ser entregues até o dia 31 de maio.

DECLARAR O DASN-SIMEI

O DASN-SIMEI deve ser gerado por todos os microempreendedores individuais, ainda que não tenham obtido faturamento ou movimentado o CNPJ, assim como em casos de baixa de MEI.

"Nos casos de não movimentação ou faturamento, os campos de Receitas Brutas, Vendas e/ou Serviços devem ser preenchidos com o valor de R\$ 0,00 - sinalizando que de fato não houve rendimentos, mas sem deixar de realizar a declaração", esclarece o coordenador tributário da IOB.

O limite de faturamento anual deve ser de R\$ 81 mil, com rendimento médio mensal de R\$ 6.750, sendo que o MEI que ultrapassar este valor será excluído do regime, passando a tributar pelo Simples Nacional de acordo com o seu faturamento.

Na declaração, é necessário informar o valor total da receita bruta obtida no ano anterior com a venda de mercadorias ou prestação de serviços e indicar se houve ou não o registro de empregados.

O MEI deve entregar a DASN-SIMEI por meio do site oficial da **Receita Federal** e informar todos os dados solicitados no formulário de declaração. "O microempreendedor que realizar a declaração original com divergência de dados ou erros pode corrigir as informações em uma Declaração Retificadora. Aliás, é melhor entregar com alguma pequena divergência até o prazo final do que não entregar, pois isso pode acarretar multas e restrições no CNPJ", explica Daniel de Paula.

São obrigados a fazer a declaração anual como MEIs todos aqueles que abriram um CNPJ MEI até o final de 2023. Quem abriu em 2024 só vai entregar a DASN-SIMEI em 2025.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12299/25-04-2024.html>

Juros do consignado vão cair para 1,68% ao mês

Os juros do empréstimo consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão cair de 1,72% para 1,68% ao mês, conforme aprovou o Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) na tarde desta quarta-feira.

A nova taxa valerá para o empréstimo pessoal consignado. No caso do cartão de crédito consignado e do cartão de benefício, os juros caem de 2,55% ao mês para 2,49%.

O consignado é um empréstimo feito por aposentados e pensionistas do **INSS** com desconto direto do benefício. É possível comprometer até 45% do benefício e pagar as parcelas em até 48 meses (sete anos).

Os juros são limitados, o que significa que a instituição financeira pode cobrar menos, mas não mais do que essa taxa. As regras são controladas pelo Conselho de Previdência.

A redução das taxas do consignado do **INSS** têm seguido a queda da Selic, taxa básica de juros da economia.

Desde que o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou a trajetória de queda da Selic, em agosto do ano passado, o conselho da previdência reduz o teto dos juros do consignado.

A queda de juros vai ao encontro do que tem defendido o ministro da Previdência, Carlos Lupi. Em entrevista à Folha, ele disse que seguirá com a proposta de redução dos juros, que deverá sempre ser submetida ao conselho.

As reduções, no entanto, têm desagradado o setor bancário, que chegou ao ponto de parar de oferecer o empréstimo a aposentados e pensionistas no ano passado. O setor tem chamado a atitude de "falta de responsabilidade com a política de crédito".

O ministro contesta. Para ele, as instituições têm capacidade de oferecer crédito mais em conta. "O dia em que você vir ou ouvir banco dizer que está ganhando muito, você me avisa. Porque, quando eu vou à reunião, eu tenho vontade de abrir minha carteira e emprestar uns R\$ 10 para eles", disse em 3 de abril.

Como consultar

Acesse o aplicativo ou site Meu **INSS**. Na página inicial, onde há uma lupa, escreva "Taxas de Empréstimo Consignado". Será aberta uma página com a lista de bancos e os juros praticados em cada um deles.

Para ver mais bancos, basta rolar a página até embaixo e clicar em "Ver mais". Também é possível buscar pela instituição que o segurado quer pesquisar no alto da página, em "Pesquise por instituição" (Da Folhapress).

As reduções dos juros têm desagradado o setor bancário, que chegou ao ponto de parar de oferecer o empréstimo a aposentados e pensionistas no ano passado.

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/>

CNPS aprova corte do teto do consignado para 1,68%

Gabriela Pereira De Brasília

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem uma nova redução no teto de juros que pode ser cobrado no empréstimo consignado a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O teto passará de 1,72% ao mês para os empréstimos feitos com desconto em folha (modalidade mais comum) para 1,68%. No caso das contratações feitas por meio de cartão de crédito consignado, a taxa está em 2,55% ao mês e será reduzida para 2,49%.

O novo teto entrará em vigor dentro de cinco dias úteis a partir da publicação no Diário Oficial da União.

A proposta de redução da taxa foi apresentada pelo Ministério da Previdência. Os bancos pediram um aumento de 1,72% para 1,76%. Durante a votação, os representantes dos bancos alteraram a proposta e sugeriram manter a taxa a 1,72%, mas ainda foram vencidos pela maioria. Além disso, houve duas abstenções, fato até então inédito no conselho.

O objetivo das novas taxas, segundo o governo, é acompanhar proporcionalmente os cortes na Selic, promovidos pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. A redução aprovada ontem acompanha o corte da Selic de 11,25% para 10,75% ao ano, feito em 20 de março.

Os bancos são contrários à ideia porque a Selic não representa o custo de captação das instituições que atuam na modalidade. Eles defendem que o cálculo do teto acompanhe a variação dos juros futuros com vencimento em dois anos, o que é equivalente ao custo de captação da modalidade.

De acordo com os representantes dos bancos, as instituições estão operando no "limite da rentabilidade". Na reunião anterior, o representante dos bancos sugeriu a criação de um grupo técnico do conselho para debater a reavaliação da metodologia utilizada para definir o teto do consignado. O grupo contou com a participação do Ministério da Fazenda e do Banco Central, mas os conselheiros ainda não chegaram a um consenso.

Os conselheiros também apontaram a necessidade de

se atentar ao superendividamento da população, principalmente de aposentados.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1§ion=1>

Empresas vão complementar a aposentadoria de 100 mil

Previdência privada tem novas regras que animam as empresas a oferecer modalidade em incentivo para atrair os melhores profissionais. Rodrigo Péret, O governo federal alterou as regulamentações de planos de previdência privada para tomar o investimento mais atrativa. No Estado, a medida vai ampliar o número de empregados que vão receber apoio de suas empresas em seus planos de aposentadoria.

Atualmente, são cerca de 50 mil empregados com plano complementar custeado integral ou parcialmente pela empresa, e o número deve chegar a 100 mil.

A estimativa é do presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Federação das Indústrias do Estado (Consurt), da Federação das Indústrias do Estado (Findes), Fernando Otávio Campos, e confirmada por especialistas em Finanças.

O head de Previdência Privada e Seguros Corporativos da Valor Investimentos, Cássio Landes, explica que grandes empresas têm usado esses planos como composição do pacote de benefícios, prática que deve ficar cada vez mais comum.

Ele disse que os planos são oferecidos pelas seguradoras, por meio de intermediárias como corretoras de seguros e plataformas de investimentos.

"Além de atrair melhores profissionais, as empresas que aderem ao Lucro Real podem deduzir parte dos seus custos com previdência corporativa no Imposto de Renda PJ (Pessoa Jurídica), na mesma linha de alguns outros benefícios", explicou o executivo.

As atualizações das normas são do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), ligado ao Ministério da Fazenda. As alterações são em planos de previdência aberta, que têm característica de acumulação, ou seja, há período de composição do investimento que, será no futuro, revertido em renda.

"Cada vez mais as pessoas não estão confiando na Previdência oficial, então a busca por estabilidade acaba nos planos privados", frisou o economista José Márcio de Barros, ao explicar que o pagamento mensal do trabalhador ao fluido tende a variar de 5% a 9% da renda, e a empresa contribui com o mesmo valor.

Uma das principais mudanças impostas pelo governo é a determinação de que os planos instituídos, ou seja, que preveem contribuição por parte das empresas, tenham cláusula de adesão automática de participantes. Antes, era preciso que o novo funcionário manifestasse interesse em aderir.

Outras mudanças incluem: as seguradoras agora deverão alertar o poupador se o perfil dele estiver em desajuste com o tipo de investimento; e o participante agora poderá decidir como usufruir dos benefícios quando o período de fruição dos recursos estiver se aproximando.

FERNANDO OTÁVIO prevê que mudanças na legislação vão levar empresas a dobrar o número de beneficiados

VGBLePGBL AS MUDANÇAS estão descritas em duas resoluções editadas em 19 de fevereiro. A número 463/2024 é direcionada aos chamados Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL); e a 464/2024, relacionada ao Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

OS PRODUTOS VGBL e PGBL são planos de previdência privada com característica de acumulação, ou seja, há um período de composição do investimento que será, no futuro, revertido em renda.

A PRINCIPAL diferença entre os dois está no tratamento tributário. Em ambos, o Imposto de Renda (IR) incide só no resgate ou recebimento da renda. No VGBL, o IR incide só sobre os rendimentos; no PGBL, sobre o valor total a ser resgatado ou recebido sob a forma de renda.

Inclusão automática UMA DAS PRINCIPAIS mudanças impostas pelas resoluções é a determinação de que os planos instituídos, ou seja, aqueles que preveem contribuição por parte dos patrocinadores, estabeleçam cláusula de adesão automática de participantes.

POR EXEMPLO quando um profissional é contratado por uma empresa que oferece planos de previdência aos empregados, ele será automaticamente incluído. Antes, era preciso que o novo funcionário manifestasse interesse em aderir ao plano.

DENTRO de um determinado período que ainda será regulamentado pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), esse trabalhador poderá decidir se quer manter a adesão ou sair do plano. Enquanto isso, a empresa fará os aportes normalmente, sem acarretar custo ao empregado.

Adequação OUTRA MUDANÇA é a responsabilidade que as seguradoras devem ter com o suitability - termo em Inglês que se refere ao ajustamento entre o perfil dos participantes e o tipo de investimento. Em outras palavras, pessoas que estão perto de se aposentar são orientadas a ter mais renda fixa (CDBs, Tesouro Direto) que renda variável (ações, fundos imobiliários) na carteira de previdência.

Tempo de decisão A HORA DE escolher como se dará a forma de usufruir dos benefícios também é novidade das resoluções. Antes, a escolha acontecia quando o participante aderiu ao plano.

COM A MUDANÇA, a decisão pode ser tomada só quando o participante estiver se aproximando do período de fruição dos recursos acumulados.

Juros correntes AINDA SOBRE a forma de receber o benefício, os participantes poderão, a partir das novas regras, usar no cálculo da renda recorrente juros mais coerentes com os que estiverem sendo praticados pelo mercado no momento dos desembolsos.

Tipos de renda OUTRA mudança é mais liberdade para os participantes escolherem como receberão a renda. Antes havia a escolha se seria o recebimento de todo o valor acumulado de uma só vez, ou de forma mensal por período específico, ou de forma vitalícia.

AGORA, o poupador poderá escolher pouco tempo antes da fruição e, inclusive, fazendo uma combinação de formas. As mudanças implicam ainda receber mesmo enquanto estiver no período de acumulação. Ou até suspender a acumulação por um tempo enquanto recebe a renda e depois voltar a fazer aportes.

ALÉM DISSO, em caso de renda mensal, o valor não precisa ser linear. Pode, por exemplo, ser maior no início.

Brecha tributária As resoluções incluem ainda uma regra para evitar brechas tributárias para famílias de super-ricos, o que desvirtuaria a finalidade do plano de previdência privada. Agora, um segurado não poderá manter mais que R\$ 5 milhões em um plano VGBL quando ele e seus familiares detiverem mais que 75% das cotas do fundo de investimento atrelado ao plano.

Fonte: Especialistas citados e Agencia Brasil.

Jorge DAmbrósio, economista "Essencial pensar no pós-aposentadoria" "É essencial pensar no futuro pós-aposentadoria, e há uma parcela considerável da população que tem receios com o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), afinal, ele está sobrecarregado. A previdência privada surge nesse cenário como uma alternativa, porque as pessoas vão recorrer no sentido de que é uma alternativa válida na busca da população por ter uma garantia futura de uma renda melhor.

Há, claro, riscos, especialmente quando é o governo que administra isso, como no caso dos Correios, em que houve um prejuízo para os trabalhadores daquele setor por conta de uma administração dos recursos feita de maneira indevida. Quando é uma empresa privada, vejo como mais difícil disso ocorrer."

Risco é menor do que em outros tipos de investimentos Especialistas destacam que o risco de prejuízo financeiro nos planos de previdência privada abertas existem, mas são consideravelmente menores em relação a outros fundos.

"O risco é que a instituição financeira tenha um problema grave e quebre. Mas você tem uma série de órgãos que monitoram o setor de forma rígida, o que toma isso bastante incomum", explica o economista Ricardo Paixão.

O executivo de Finanças Cássio Landes explica que, diferentemente dos fundos de pensão, as previdências privadas abertas funcionam pelo regime da capitalização individual - embora o fundo seja comum, cada investidor tem seu número de cotas, que podem ser resgatadas a qualquer momento. Ele diz que o produto é um dos mais seguros no mercado: "O risco é sempre da seguradora e até por isso as seguradoras mantêm capital mínimo exigido pela Susep (superintendência que regula o setor) para suprir eventuais problemas. Como os fundos funcionam por acumulação e não podem alavancar, o prejuízo não pode ser maior que o valor investido. Há muita segurança na "nova" previdência privada"

CÁSSIO LANDES: "É seguro"

Teto de juros cairá para 1,68%

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem o novo limite de juros de 1,68% ao mês para essas operações. O novo teto é 0,04 ponto percentual menor que o atual, de 1,72% ao mês, nível que vigorava desde fevereiro.

O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,55% para 2,49% ao mês. A justificativa para a redução foi o corte na Selic.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11062>

Projeto de Vanderlan reduz IR para motoristas de táxi e aplicativos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou, nesta terça-feira (23), o Projeto de Lei 1324/2022, de autoria do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que reduz a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) de 60% para 20% para prestadores de serviços de transporte autônomos, como taxistas e motoristas de aplicativos. A medida beneficiará mais de 1,5 milhão de motoristas em todo o país, segundo o autor da proposta.

De acordo com Vanderlan Cardoso, a porcentagem atual não reflete a capacidade contributiva dos transportadores, especialmente diante do aumento dos custos com combustível e outros insumos. O senador explicou que essa redução visa aliviar a carga tributária desses profissionais e trazer mais justiça fiscal ao setor.

O senador ressaltou que a **Previdência Social** já considera uma base tributável de 20% para fins de contribuição previdenciária quando o serviço é prestado por condutor autônomo, o que deveria se equiparar à base do IR. Segundo estudo da Organização das Cooperativas Brasileiras, os custos de manutenção e combustível correspondem a 80% do faturamento de um taxista atualmente.

Vanderlan Cardoso: benefício a motoristas brasileiros

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-04-24%2020:17:31.pdf>

Décimo terceiro do INSS

A primeira parcela do décimo terceiro salário de 2024 do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começou a ser paga ontem e vai até 8 de maio. O saque do benefício pode ser realizado nos mais de 24 mil caixas eletrônicos do Banco24Horas, presentes em cerca de 1,1 mil cidades do País. Além disso, em alguns municípios ou localidades que não têm o caixa eletrônico o Banco24Horas oferece o Atmo, o dispositivo com POS multibiométrico instalado diretamente nos caixas dos comércios. Recebem o décimo terceiro do **INSS** os segurados e dependentes da **Previdência Social** que, durante o ano de 2023, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão. Os pagamentos vão ser feitos nos calendários de abril e maio nas mesmas datas do calendário habitual de pagamentos do **INSS**, como ocorreu em 2022 e 2021. A segunda parcela tem previsão de ser paga de 24 de maio a 7 de junho. Os caixas eletrônicos podem ser encontrados em mais de 17 mil estabelecimentos distribuídos em cerca de 1,1 mil municípios do país. Para localizar um caixa eletrônico, basta baixar o aplicativo do Banco24Horas.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-25-04-2024/>

Falsos servidores do INSS dão golpe da prova de vida em beneficiários; saiba se proteger

Victória Batalha FOLHAPRESS

O **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) emitiu alerta na última quinta-feira (18) sobre falsários se passando por funcionários do órgão. A denúncia foi feita em São Paulo, por um servidor do instituto.

Os golpistas estavam se passando por servidores do órgão, indo até a casa das vítimas com falsos crachás para realizar a "prova de vida presencial", solicitando dados e foto dos beneficiários.

O segurado deve ficar atento e nunca atender "funcionários" do instituto em suas casas. Isso porque o órgão não envia trabalhadores de porta em porta. Além disso, nenhum benefício será cortado neste ano por falta de prova de vida até o dia 31 de dezembro.

A prova de vida ou fé de vida mudou. Desde 2022 é obrigação do **INSS** comprovar que o beneficiário está vivo por meio do cruzamento de dados federais, estaduais, municipais e instituições, como vacinação, consultas médicas, empréstimo consignado e muitas outras formas.

O advogado Rômulo Saraiva diz que não é proibido um funcionário do **INSS** ir à casa de um beneficiário, mas que isso acontece em situações raríssimas e, ainda assim, a pessoa é notificada pelo aplicativo **Meu INSS** ou pela Central Telefônica 135.

Saraiva também diz que para saber se é um fraudador, é preciso ligar para a Central 135 ou abrir o aplicativo do **INSS**. "A melhor recomendação é repelir essa abordagem, porque 99% desses casos é fraude", diz.

Caso a pessoa tenha passado as informações, é importante realizar um boletim de ocorrência e no aplicativo, bloquear a função de empréstimo consignado e alterar a senha do **Meu INSS**.

Segundo o **INSS**, o caso já foi levado à Procuradoria Federal Especializada que atua no órgão, mas ainda não foi possível localizar as pessoas que tentaram aplicar o golpe.

O QUE É A PROVA DE VIDA DO **INSS**?

A prova de vida ou fé de vida é a comprovação que o beneficiário do **INSS** continua vivo e pode continuar recebendo o benefício previdenciário. Evitando assim, fraudes e pagamentos indevidos.

O público-alvo são pensionistas, aposentados ou qualquer pessoa que receba algum benefício do governo.

COMO É FEITA A PROVA DE VIDA?

Agora é responsabilidade do **INSS** comprovar que o beneficiário está vivo. A prova é feita por meio do cruzamento de dados, que podem ser:

- Pelo aplicativo **Meu INSS**
- Empréstimo consignado, feito por reconhecimento biométrico
- Vacinação
- Votação nas eleições
- Consultas médicas através do SUS ou rede conveniada
- Atendimento presencial em agências do **INSS**
- Atualização no CadÚ-nico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal)
- Recebimento do pagamento de benefício
- Declaração de Imposto de Renda

O QUE ACONTECE QUANDO NÃO SE CONSEGUE FAZER A PROVA DE VIDA?

Caso o **INSS** não consiga comprovar que o segurado está vivo, o beneficiário será notificado pelo aplicativo **Meu INSS**, pela Central 135 ou por um **comunicado** do banco que realize em até 60 dias algum dos procedimentos listados para o cruzamento de dados, como uma consulta médica pelo SUS.

Se ainda assim não for comprovado ou o procedimento não seja realizado, então o **INSS** enviará um servidor até o endereço cadastrado para a realização para prova de vida.

A PROVA DE VIDA É FEITA NO MÊS DO ANIVERSÁRIO DO SEGURADO?

Segundo o **INSS**, desde a publicação da portaria 723, de 8 de março de 2024, a prova de vida não é mais no aniversário. Agora, o marco é a última prova de vida processada. A partir dessa data, o **INSS** tem dez meses para identificar que o segurado está vivo.

COMO SABER SE MINHA PROVA DE VIDA JÁ FOI REALIZADA?

É possível obter essa informação no aplicativo ou site Meu **INSS** ou ligando para a Central de Atendimento telefônico 135 para verificar a data da última confirmação de vida do **INSS**.

POSSO FAZER A PROVA DE VIDA NO BANCO?

Apesar de não ser mais obrigatória, a pessoa poderá fazer a sua prova de vida na rede bancária, caso queira. Basta ir a uma agência da rede bancária.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2807#book/52>

INSS: juro do consignado cairá para 1,68% ao mês

Geralda Doca

O Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem mais um corte no teto dos juros do consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**. A taxa do empréstimo com desconto em folha caiu de 1,72% ao mês para 1,68% e do cartão consignado, de 2,55% para 2,49% ao mês, conforme foi proposto pelo Ministério da Previdência. As novas condições devem entrar em vigor na próxima semana.

A estratégia do ministro da pasta, Carlos Lupi, é repassar para a modalidade a queda na taxa Selic, hoje em 10,75% ao ano. Os bancos não concordam com a metodologia, mas são voto vencido no colegiado, no qual o governo tem maioria.

Esse será o sétimo corte na taxa do consignado dos aposentados.

Em 13 de março de 2023, o percentual baixou de 2,14% ao mês para 1,70%. Os bancos reagiram e suspenderam a modalidade, o que fez a taxa subir 1,97% ao mês em 28 de março. Depois disso, o teto dos juros vem sendo reduzido seguidamente, apesar da resistência do setor financeiro.

Na reunião de ontem do CNPS, as entidades representativas do comércio e da agricultura se abstiveram e os bancos votaram contra a medida.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

INSS: novo teto de juros do consignado

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem mais uma redução dos tetos de juros dos consignados para beneficiários do **INSS**.

O limite para o empréstimo com desconto em folha caiu de 1,72% para 1,68% ao mês. Já para as operações na modalidade de cartão de crédito e cartão consignado de benefício, o índice máximo caiu de 2,55% para 2,49% ao mês. Foram dez votos a favor, um contra e duas abstenções.

Esta é a sétima queda das taxas desde o início da atual gestão, em 2023.

O Conselho tem adotado como parâmetro a queda da taxa Selic. Os novos valores começarão a valer cinco dias úteis após a publicação da resolução pelo Ministério da **Previdência Social**.

O ministro Carlos Lupi voltou a defender a metodologia adotada pelo Conselho e disse que a baixa dos juros é importante para reduzir o endividamento dos aposentados e pensionistas. "Meu compromisso é com os 39 milhões de beneficiários da **Previdência Social**. Eles que me movem a manter esse debate", afirmou o ministro.

PATAMAR ACEITÁVEL

A representante dos aposentados Tônia Galleti ressaltou que a Previdência é o maior distribuidor de renda do mundo e disse que a redução das taxas é medida fundamental para manter o nível de endividamento dos aposentados e pensionistas em um patamar saudável. "Não podemos aumentar o endividamento e colocar os aposentados numa situação de pobreza", disse.

Atualmente, há 63.746.598 contratos de consignado ativos (considerando todas as modalidades).

CONHEÇA AS TAXAS

Estão disponíveis no portal do **INSS** e no aplicativo Meu **INSS** as taxas de juros praticadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Os segurados poderão consultar em qual banco a taxa de juros está mais favorável e fazer a portabilidade do empréstimo.

No aplicativo ou site, ao selecionar o serviço "extrato de empréstimos", opção "instituições e taxas", os juros

estarão disponíveis para que o segurado verifique qual a taxa mais vantajosa antes de pegar o empréstimo.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/12299/25-04-2024.html>

Aprovada redução de juros do consignado do INSS para 1,68%

Os juros do empréstimo consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) serão reduzidos de 1,72% para 1,68% ao mês, conforme decidido pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) nesta quarta-feira (24/04). A nova taxa será aplicada ao empréstimo pessoal consignado. Quanto ao cartão de crédito consignado e ao cartão de benefício, os juros serão reduzidos de 2,55% ao mês para 2,49%.

O empréstimo consignado é uma modalidade em que aposentados e pensionistas do **INSS** podem obter crédito com desconto direto do benefício. É possível comprometer até 45% do benefício e pagar as parcelas em até 4 meses (sete anos). Os juros são limitados, controlados pelo Conselho de Previdência, o que significa que as instituições financeiras podem cobrar menos, mas não mais do que essa taxa.

Essa redução acompanha a trajetória de queda da Selic, taxa básica de juros da economia. Desde que o Copom (Comitê de Política Monetária) iniciou a redução da Selic, em agosto do ano passado, o conselho da previdência tem diminuído o teto dos juros do consignado. O ministro da Previdência, Carlos Lupi, tem defendido essa redução dos juros, afirmando que é uma medida necessária. Ele enfatiza que as instituições financeiras têm capacidade para oferecer crédito mais acessível.

Por outro lado, o setor bancário tem demonstrado insatisfação com essas reduções, chegando até mesmo a suspender a oferta do empréstimo a aposentados e pensionistas no ano passado, alegando "falta de responsabilidade com a política de crédito". Para verificar os juros do consignado, os segurados podem acessar o aplicativo ou site do Meu **INSS** e procurar por "Taxas de Empréstimo Consignado". Uma lista de bancos e as taxas praticadas por cada um será exibida. Também é possível buscar pela instituição desejada na barra de pesquisa.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 7

Publicado em 25/04/2024 - 06:48
Agência Brasil - Brasília

Por

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (25) a parcela de abril do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 680,90. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do governo federal alcançará 20,89 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,19 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema (reprodução dos peixes).

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 130 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras

estabelecidas. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Em compensação, outras 120 mil famílias foram incluídas no programa neste mês. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Regra de proteção

Cerca de 2,68 milhões de famílias estão na regra de proteção em abril. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,87.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 7. O valor foi mantido em R\$ 102, por causa das reduções recentes no preço do botijão.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,8 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-7>

Criminosos desviaram R\$ 14 milhões

RENATO SOUZA

Criminosos que invadiram o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) desviaram pelo menos R\$ 14 milhões dos cofres da União. Os valores subtraídos pelos crackers (termo usado para infratores que atuam pela internet) estavam em contas ligadas ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Apesar de ser gerido pelo Tesouro Nacional, o Siafi é usado para a execução de ordens de pagamento de órgãos dos Três Poderes.

O Correio já tinha adiantado que os invasores conseguiram de fato desviar dinheiro público.

Até agora, o governo reconhecia apenas que credenciais de acesso de **servidores públicos** tinham sido usadas para a realização de acessos indevidos.

A informação sobre o desvio de R\$ 14 milhões foi publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo e confirmada pelo Correio com fontes na Polícia Federal. As diligências iniciais apontam que foram abertas contas em nomes de pessoas e empresas que tiveram os dados roubados.

Um vendedor de ração de Ribeirão Preto (SP) seria o destino de R\$ 1 milhão desviados. No entanto, o homem afirma que teve os dados roubados, e a suspeita é de que os criminosos criaram contas falsas no nome dele.

Uma conta bancária em nome de uma empresa de pequeno porte que vende água, em Paulínia, também recebeu parte dos recursos.

A maior leva dos desvios ocorreu em 10 de abril, quando R\$ 10 milhões que deveriam ser enviados ao Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foram interceptados do TSE para contas em nome de particulares.

Do montante total, apenas R\$ 2 milhões acabaram recuperados até agora. A investigação aberta pela Polícia Federal já identificou alguns suspeitos do crime.

Acesso restrito Todo o dinheiro da União precisa ser registrado na plataforma. Somente pessoas autorizadas em cada órgão têm autorização para

acessar o sistema. Um número ainda mais restrito pode efetuar ordens de pagamento.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5883/25-04-2024.html?all=1>

Invasão atingiu TSE; desvio soma R\$ 14 mi

A invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) pode ter atingido mais órgãos federais e levado ao desvio de R\$ 14 milhões.

A investigação da Polícia Federal (PF) apontou que, além do Ministério da Gestão e da Inovação, recursos públicos também podem ter sido desviados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Reportagem do jornal O Estado de S. Paulo apurou que os recursos transferidos indevidamente estavam reservados para o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa de tecnologia do governo federal, e deveriam custear serviços de tecnologia da informação, suporte a sistemas eletrônicos e manutenção de bases de dados oficiais.

O dinheiro, no entanto, foi parar em diversas contas bancárias diferentes, algumas de empresas e outras de pessoas físicas que teriam sido usadas como laranjas pelos criminosos. Ao menos parte do valor desviado teria sido perdido.

Os desvios teriam ocorrido em dois ataques, um no fim de março e outro em abril (leia mais abaixo).

Suspeito Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que um dos envolvidos no crime já foi identificado.

- Parece que um dos responsáveis já foi identificado, mas não tenho nome, nada disso, porque a investigação está sendo feita sob sigilo - alegou.

Após a confirmação da invasão, o governo federal mudou as regras de acesso ao sistema para obter mais segurança. Antes, usuários tinham uma senha ou podiam entrar usando a plataforma gov.br, forma de acesso única para diversos serviços públicos.

Gestores financeiros e ordena-dores de despesa dos órgãos da União (ou seja, aqueles responsáveis por autorizar diretamente o pagamento) precisavam também ter um certificado digital para movimentar os recursos.

Agora, esse certificado precisa necessariamente ser emitido pelo Serpro e não pode ser fornecido por outras empresas privadas.

Devido ao sigilo do inquérito, o TSE não comentou a situação envolvendo os recursos. Até agora, só foi

confirmada a recuperação de R\$ 2 milhões.

Saiba mais

O QUE É O SIAFI

Gerido pelo Tesouro Nacional, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal serve para pagar **servidores públicos**, fornecedores e efetuar transferências oficiais para Estados e municípios.

O PRIMEIRO ATAQUE

Segundo o Estadão, a primeira invasão ocorreu no dia 28 de março, véspera do feriado de Páscoa. Na ocasião, teriam sido movimentados R\$ 3,8 milhões do Ministério da Gestão. Os dados apontam que o dinheiro foi transferido para contas de uma empresa de móveis de Campinas (SP), de uma construtora do Rio de Janeiro e de uma gestora de investimentos, também no Rio. O governo só conseguiu recuperar R\$ 2 milhões, porque o restante já teria sido sacado ou movimentado novamente.

O SEGUNDO ATAQUE

Uma nova invasão ocorreu no dia 16 de abril, conforme a reportagem, e teria levado ao desvio de R\$ 10,2 milhões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O recurso foi parar em 14 contas, das quais sete são de pessoas físicas e as demais são de empresas, incluindo construtora em São Paulo, mineradora em Itaú de Minas (MG) e empresa que vende água mineral em Una (BA).

As contas de pessoas físicas, cujos titulares incluem beneficiários do Bolsa Família e do auxílio emergencial pago na pandemia, foram todas abertas em Paulínia (SP). A suspeita é de que as pessoas não receberam o dinheiro, mas tiveram os dados usados por criminosos para abrir as contas. Não há informação se esse dinheiro foi recuperado ou perdido.

COMO OCORREU O DESVIO

O sistema usado para desviar o dinheiro foi a transferência Pix. Nessa modalidade, o recurso sai da conta da União e cai instantaneamente na conta do beneficiário. Em outras modalidade mais antigas e tradicionais, o depósito demoraria de um a dois dias para cair.

COMO OS CRIMINOSOS ACESSARAM O SISTEMA

A suspeita é de que houve roubo de dados de gestores financeiros e operadores de despesa dos órgãos federais para alterar o dado de quem ia receber o dinheiro, além de efetuar os pagamentos.

A Polícia Federal coleta depoimentos de servidores que tiveram as informações violadas, que alegam ter recebido mensagens em seus celulares e clicado em links suspeitos.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240425&edicao=29989>

Reforma tributária: IVA deverá ter alíquota média de 26,5%

» **ALINE BRITO** » **EVANDRO ÉBOLI**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, compareceu ao Congresso Nacional, no final da tarde de ontem, para entregar o primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta a **Reforma Tributária**. Segundo Haddad, a "simulação indica" que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) terá alíquota média de 26,5%. As estimativas da Fazenda são de alíquotas variando entre 25,7% e 27,3%.

O texto, com 360 páginas e 500 artigos, foi entregue nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que assumiu o compromisso de votar a regulamentação antes do início do recesso parlamentar, marcado para 18 de julho.

Em seguida, Haddad foi ao encontro do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na Residência Oficial (RO) do Senado, onde apresentou aos senadores um exemplar encadernado do documento.

"Tivemos um êxito muito importante, no ano passado, ao encerrarmos o ano com a promulgação da emenda constitucional da reforma e, agora, esse ano de 2024 passa ser um ano de prioridade para esse tema da regulamentação", declarou Pacheco, que também assumiu o compromisso de "dar agilidade" e votar o projeto ainda neste ano "mesmo sendo o ano eleitoral".

O projeto se soma a outros 13 PLPs protocolados, antes do governo, por parlamentares da oposição. Ao ser enviado ao Congresso sem urgência, a expectativa dos parlamentares é de que o texto da Fazenda seja apensado aos complementares das Frentes Parlamentares e, assim, tramitar em conjunto.

"Fizemos questão de chamar estados e municípios para acompanhar de ponta a ponta a construção do projeto. Provavelmente não vai expressar desejo de ninguém individualmente, porque é um projeto que é resultado de uma negociação prévia que fizemos questão de fazer para facilitar o trabalho do Legislativo", disse o ministro Haddad.

O ministro reforçou que a nova norma vai simplificar o sistema tributário do país e conferir mais segurança para coibir fraudes e, com isso, a diminuir as alíquotas

dos **impostos** cobrados da sociedade. "Teremos um sistema tributário totalmente digital. Os investimentos no Brasil serão desonerados, importações serão desoneradas, produtos de consumo popular terão preço melhor. Não haverá cumulatividade dos **impostos**", assegurou.

"O conjunto de benefícios da Reforma é inestimável. Ao final da transição, estima-se um impacto positivo no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 10% a 20% em função do ganho de eficiência que a economia terá", adiantou Haddad.

Tramitação Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter declarado, publicamente, preferência por Aguinaldo Ribeiro para relatar a regulamentação da Reforma, Arthur Lira demonstrou, em entrevista a jornalistas, na tarde de ontem, que são poucas as chances de o deputado ser novamente o relator da matéria.

Lira disse que o parlamentar de seu partido é respeitado conhecedor da matéria, mas não é o único. "Não sabemos quem será o relator ou se serão dois. Há muitos deputados pedindo, pode ser em dois núcleos, como se fossem dois GTs (Grupos de Trabalho) para dar mais oportunidade para outros deputados participarem.

Vou conversar qual o melhor caminho e chamar um calendário para montar audiências públicas, fazer reuniões, oitivas e ouvir todos os setores. É discussão de uma matéria que deve durar mais 40 anos", afirmou Lira.

Ao ser perguntado sobre a preferência de Lula sobre Ribeiro, o presidente da Câmara respondeu que outros deputados devem ser considerados. "A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas temos uma quantidade absurda de deputados competentes e que desejam relatar. O deputado Aguinaldo tem toda nossa gratidão, é competente, é um companheiro de partido, mas ele já relatou a PEC da **reforma tributária**. Essas regulamentações necessariamente não têm que ter o mesmo relator. Há deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, tributaristas, advogados".

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/58>

[83/25-04-2024.html?all=1](#)

Governo envia reforma tributária ao Congresso, mas regulamentação será longa - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Já era tempo. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem, ao Congresso Nacional, o projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**. São 300 páginas e 500 artigos que criam novas regras para a cobrança de **impostos** no país, uma iniciativa mais do que necessária.

"Nosso sistema tributário será um dos mais modernos do mundo", disse Haddad, ao entregar o relatório. É agora, contudo, que começa uma das fases mais complicadas: a apreciação do texto pelo Congresso. Ele passará primeiro por comissões da Câmara e, depois, irá ao plenário. A seguir, será encaminhado para o Senado Federal. Se for aprovado pelas duas casas, seguirá para a sanção do presidente Lula. Analistas que acompanham os meandros de Brasília dizem que é baixa a possibilidade de aprovação definitiva ainda em 2024, dado o calendário político apertado - é ano de eleições municipais. De todo modo, foi dado um passo importante para desatar o nó tributário do país.

"Estou otimista com o Brasil e não é de agora" Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do Banco Central

Google vai vetar anúncios políticos a partir de maio

Enquanto o bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter), defende a liberdade total para as pessoas e empresas publicarem o que quiserem na rede social - inclusive, mensagens ofensivas -, o Google caminha na direção oposta. A empresa americana informou que, em conformidade com uma nova regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vetará anúncios políticos no site de buscas e também no YouTube. De acordo com o Google, a medida entrará em vigor a partir de maio.

Estudo compara Bolsa brasileira com americana

Um estudo feito pela Elos Ayta Consultoria mostra como a Bolsa brasileira é pequena em comparação com a americana. O valor de mercado de todas as empresas do país listadas na B3, a Bolsa de São

Paulo, era de US\$ 908 bilhões em 23 de abril. Para se ter ideia, cinco companhias listadas nos Estados Unidos - Adobe, Apple, Boeing, Intel e Tesla - tiveram perdas, em valor de mercado, de US\$ 927 bilhões no acumulado do ano. Ou seja, as perdas delas foram maiores do que todo o mercado brasileiro.

US\$ 12 bilhões foi o lucro da Meta, dona do Facebook, Instagram e WhatsApp, no primeiro trimestre, uma alta de 117% versus o mesmo período do ano passado

Nos Estados Unidos, a primeira companhia aérea só para pets

A morte do golden retriever Joca em um voo da Gol expôs como as aéreas brasileiras estão despreparadas para transportar animais. Nos Estados Unidos, o cenário não é muito diferente - mas começa a mudar. Em 23 de maio, será realizado o primeiro voo da Bark Air, especializada em voos para pets. A aeronave foi configurada para acomodar 10 cães, que poderão circular com coleira ao lado de seus donos. No início, haverá voos regionais pelos Estados Unidos e uma rota para Londres, na Inglaterra.

RAPIDINHAS

» A Belterra, startup amazônica especializada na implantação de Sistemas Agroflorestais em larga escala, vai lançar em Parauapebas (PA), com apoio do Fundo Vale, o maior viveiro de cacau do país. O espaço terá capacidade de produção de 10 milhões de mudas, que serão usadas na recuperação de áreas na Amazônia, Mata Atlântica e Cerrado.

» A operadora Vivo tem projetos ambiciosos para a promoção da diversidade. Em 2023, a companhia abriu 2,7 mil vagas - metade delas voltadas exclusivamente para negros.

Atualmente, 33% dos líderes da empresa são pretos e pardos, enquanto as mulheres representam 37% da liderança executiva. A companhia possui mais de 100 funcionários trans.

» Apesar dos eventos negativos, incluindo o desprendimento, em pleno voo, do pedaço da

fuselagem de um de seus aviões, a Boeing reduziu o seu prejuízo no primeiro trimestre de 2024.

Ainda assim, o valor é alto: as perdas somaram US\$ 343 milhões no período, abaixo dos US\$ 414 milhões apurados nos três primeiros meses de 2023.

» A montadora sul-coreana Hyundai e o governo da Holanda assinaram uma parceria que prevê o desenvolvimento em conjunto de tecnologias para melhorar a fluidez do sistema viário do país europeu. A ideia é que os serviços multimídia dos carros da Hyundai forneçam, em tempo real, informações sobre o trânsito.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5883/25-04-2024.html?all=1>

Regulamentação no Congresso

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem à Câmara dos Deputados a primeira proposta de regulamentação da **reforma tributária**. O projeto de lei complementar trata das regras gerais de operação dos novos **tributos**, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de estados e municípios e o Imposto Seletivo (IS).

Em entrevista coletiva após o ato, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) ficaria entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%. "Eu diria que a referência é a média", afirmou. Se confirmado esse patamar, a alíquota brasileira ficará entre as maiores do mundo para um IVA. Hoje, a maior do gênero é a da Hungria, de 27%.

Segundo Appy, o resultado final vai depender das mudanças promovidas pelos parlamentares durante a tramitação. Quanto mais exceções, maior a carga sobre os demais contribuintes. Por outro lado, a Fazenda tem a expectativa de que a digitalização da cobrança exerça um papel importante para reduzir a sonegação, o que contribuiria na direção de reduzir a alíquota.

Haddad entregou o projeto ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na presença de lideranças da Casa. Segundo ele, o texto tem cerca de 300 páginas e 500 artigos.

"As pessoas podem se assustar um pouco, são 300 páginas e 500 artigos, mas isso substitui uma infinidade de leis que estão sendo revogadas e substituídas por um sistema tributário que será um dos mais modernos do mundo", afirmou.

Após dias de ruídos em torno da articulação política do governo com o Congresso, o ministro da Fazenda aproveitou o ato para elogiar as tratativas com Câmara e Senado para o envio da proposta.

"Nós estamos muito confiantes no processo. Eu fiz mais uma vez questão de elogiar as tratativas que vêm ocorrendo na Câmara e no Senado em torno dos projetos, sobretudo da agenda econômica, têm recebido atenção das Casas. Nós nem sempre saímos daqui eufóricos com o resultado das negociações, mas em todos os casos houve avanço.

Em todos os casos nós demos um passo na direção

correta", disse Haddad.

"Todos os projetos encaminhados ao Congresso receberam atenção, e o presidente Lira me afiançou que o calendário que ele pretende fixar para a deliberação nesta casa vai até o recesso do meio do ano", acrescentou o ministro.

A ideia inicial do ministro era enviar dois projetos. O segundo agruparia a regulamentação do Comitê Gestor do IBS e as novas regras sobre como lidar com disputas administrativas e judiciais dos novos **tributos**, o que, na prática, definirá como funcionará o contencioso.

Na noite de segunda-feira, Haddad informou que o envio dos textos seria dividido. Um impasse envolvendo o Comitê Gestor do IBS travou a conclusão do segundo projeto.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da Proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma no ano passado, também estava presente e ficou próximo a Haddad durante a entrevista coletiva, embora sua indicação como relator do projeto esteja incerta.

Em meio a disputas antecipadas pela sucessão na Mesa Diretora da Câmara, circula nos bastidores a possibilidade de Ribeiro não ser designado para o posto.

Lira sinalizou a aliados que estuda a possibilidade de fatiar os textos enviados pelo governo Lula para prestigiar diferentes grupos políticos ou partidos com as relatórias.

Ribeiro tem o apoio da Fazenda e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que defendeu sua indicação na terça-feira em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto. O petista ressaltou que a indicação do relator é prerrogativa de Lira, mas afirmou que o deputado está familiarizado com o tema e as negociações, o que pode facilitar na tramitação do texto. "Quem indica é presidente da Câmara, longe de mim indicar, só gostaria que levassem em conta isso", afirmou Lula, sem citar nominalmente Ribeiro.

O presidente da Câmara disse ontem que vai conversar com líderes dos partidos para definir relatorias e calendário de tramitação.

"Não tive reunião com parlamentares e líderes para

discutir, mas nossa ideia é trabalhar para que em 60, 70 dias isso possa estar no plenário da Câmara, ou seja, antes do final do recesso do primeiro semestre.

Se não houver condições políticas, a gente vai vendo com o tempo", afirmou Lira.

Ele disse que Ribeiro terá "eterna gratidão" pelo papel que desempenhou na relatoria da PEC da reforma no ano passado, mas não deu certeza de sua indicação para cuidar dos projetos de regulamentação.

"A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas nós temos uma quantidade absurda de deputados competentes que também desejam relatar essas matérias.

O deputado Aguinaldo Ribeiro tem sempre e terá a nossa eterna gratidão, é companheiro de partido, muito conceituado e competente, mas ele já relatou a PEC da tributária, essas regulamentações necessariamente não precisam ter o mesmo relator", disse. Segundo ele, há a possibilidade de se formar dois grupos de trabalho para cuidar das discussões.

A regulamentação da **reforma tributária** vai detalhar diversos pontos da **reforma tributária**, como quais produtos farão parte da chamada Cesta Básica Nacional, que terá alíquota zero, e quais terão o benefício da alíquota reduzida (equivalente a 40% da cobrança de referência).

"Vários alimentos foram incluídos na cesta básica de tributação zero. Aí tem uma segunda alíquota que não é zero, que é a alíquota reduzida.

E uns poucos produtos de consumo de luxo que ficaram na alíquota cheia, na chamada alíquota padrão ou alíquota de referência.

Isso tudo está nas tabelas, isso tudo vai ser de conhecimento público", disse Haddad.

"AS PESSOAS PODEM SE ASSUSTAR UM POUCO, SÃO [PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO] 300 PÁGINAS E 500 ARTIGOS, MAS ISSO SUBSTITUI UMA INFINIDADE DE LEIS QUE ESTÃO SENDO REVOGADAS E SUBSTITUÍDAS POR UM SISTEMA TRIBUTÁRIO QUE SERÁ UM DOS MAIS MODERNOS DO MUNDO." FERNANDO HADDAD, ministro da Fazenda

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=17592>

Governo livra alimento ultraprocessado de "imposto do pecado" e inclui veículos

E N Tributação ___ B1

O governo enviou ao Congresso o primeiro projeto de lei complementar de regulamentação dos novos **impostos** sobre o consumo, quatro meses após a promulgação da PEC da **reforma tributária**. O texto prevê que o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", incida sobre veículos, embarcações, aeronaves, cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bens minerais extraídos.

Os alimentos ultraprocessados, aqueles que passam por diversos processos industriais, ficaram fora da lista, apesar de recomendação do Ministério da Saúde. No total, o projeto tem 360 páginas e inclui também o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará 5 **tributos**).

O Ministério da Fazenda estima uma alíquota média de 26,5%, que poderá variar de 25,7% a 27,3%.

27,3% Deve ser a alíquota máxima do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), cuja média deve ficar em 26,5%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo livra ultraprocessado e inclui carros em "imposto do pecado"

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

Quatro meses após a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, o governo enviou ontem ao Congresso o primeiro projeto de lei complementar de regulamentação dos novos **impostos** sobre o consumo.

O texto, a que o Estadão teve acesso, prevê que o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", vai incidir sobre veículos, embarcações e aeronaves; cigarros; bebidas alcoólicas; bebidas açucaradas; e bens minerais extraídos.

Já os alimentos ultraprocessados (que passam por diversos processos industriais) ficaram fora da lista, apesar da recomendação do Ministério da Saúde e da pressão de entidades da área e da sociedade civil.

Segundo o texto, a incidência do seletivo sobre a aquisição de veículos, aeronaves e embarcações se justificaria por "serem emissores de poluentes que causam danos ao meio ambiente e ao homem".

A proposta é para que as alíquotas incidam sobre veículos automotores classificados como automóveis e veículos comerciais leves e variem a partir de uma alíquota base, de acordo com os atributos de cada veículo.

No total, o projeto apresentado ontem tem 360 páginas e traz o coração do novo sistema, que inclui o funcionamento do Imposto sobre Valor Agregado (o IVA, que unificará 5 **tributos**) e do próprio Imposto Seletivo - que tem como pressuposto a incidência sobre bens e serviços considerados nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

O desenho final dessa regulamentação terá efeito direto sobre a alíquota que será cobrada dos consumidores. O Ministério da Fazenda estima uma alíquota média de 26,5%, que poderá variar de 25,7% a 27,3%, a depender de fatores como sonegação, elisão fiscal (prática que aproveita brechas na lei para reduzir a tributação), disputas de empresas com o Fisco (que acabam em litígio judicial) e ainda inadimplência.

Trata-se de uma nova - e, provavelmente, ainda mais

dura - batalha a ser travada no Congresso, com uma miríade de detalhes que serão alvo de lobbies e interesses variados, tanto de setores quanto de entes da Federação.

Não à toa, o ministro Fernando Haddad foi pessoalmente entregar o texto aos presidentes das duas Casas: o deputado Arthur Lira (PP-AL) e o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Entre os pontos mais controversos, estão ainda a cesta básica e os regimes diferenciados, além de todo o sistema de creditamento - uma vez que a reforma prevê a não cumulatividade plena, colocando fim à tributação em cascata e permitindo às empresas se creditarem dos **impostos** cobrados na etapa anterior da cadeia,

Exceção Os ultraprocessados ficam fora da lista apesar da recomendação do Ministério da Saúde

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Projeto do governo indica 15 itens para cesta básica com imposto zero

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

Enviado ontem ao Congresso, o projeto de lei do governo que regulamenta a **reforma tributária** trouxe a lista dos itens que vão compor a cesta básica nacional - e que, portanto, terão imposto zero. O governo optou por uma lista reduzida, de apenas 15 itens, com foco em alimentos in natura ou minimamente processados.

São eles: arroz, leite, manteiga, margarina, feijão, raízes e tubérculos, cocos, café, óleo de soja, farinha de mandioca, farinha e flocos de milho, farinha de trigo, açúcar, massas e pães.

Já ovos, produtos hortícolas e frutas, apesar de não estarem na cesta básica, também terão alíquota zero do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Outros 14 tipos de produtos alimentícios terão imposto reduzido, ou seja, desconto de 60% em relação à alíquota cheia do IVA. Entre eles, estão carne bovina, óleos vegetais e sal de mesa iodado.

Há alimentos específicos, no entanto, que terão alíquota cheia (pagarão 100% do IVA) - e que são considerados artigos de luxo. Entre os peixes, por exemplo, pagarão 100% de imposto atum, bacalhau, salmão, trutas, lagosta e ovas (caviar).

Entre as carnes, foie gras (fígado gordo). Cogumelos e trufas também pagarão alíquota integral do IVA.

A justificativa do projeto de lei diz que um dos princípios norteadores para a seleção dos alimentos a serem beneficiados por alíquotas favorecidas foi a "priorização dos alimentos in natura ou minimamente processados e dos ingredientes culinários, seguindo-se as recomendações de alimentação saudável e nutricional adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde".

Em meados do mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que seriam levados em consideração critérios de indução de saúde: "O trabalho do secretário (extraordinário de **reforma tributária**) Bernard Appy está sendo distribuir produtos por essas três cestas de maneira a induzir boas práticas de alimentação saudável (...). A reforma, em si, já nos

permite esse tipo de distribuição", disse Haddad, em entrevista à GloboNews.

CASHBACK. O governo também propôs cashback (devolução em dinheiro) de 50% do imposto federal pago pelos consumidores de menor poder aquisitivo nas contas de água e esgoto. O projeto de lei prevê ainda a mesma devolução para as contas de luz.

O cashback é defendido pela equipe econômica desde o início da tramitação da reforma no Congresso, no ano passado, como uma forma de criar um benefício tributário focalizado, diferente de uma redução de **impostos** que pode beneficiar também as famílias mais ricas.

O programa de cashback dos **impostos** será voltado para famílias com renda familiar per capita de até meio salário mínimo (o equivalente hoje a cerca de R\$ 700) e àquelas já cadastradas no Cadastro Único de programas sociais do governo.

Pelo projeto, essas famílias ingressariam de maneira automática no sistema de devolução de **impostos**.

Alíquota cheia Pelo projeto, produtos como atum, bacalhau e trufas serão taxados em 100% do IVA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Proposta do governo cria cesta básica nacional e imposto médio de 26,5%

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ao Congresso a proposta do governo para regulamentar a **Reforma Tributária**, a simplificação do regime de **impostos** sobre o consumo no país aprovada no ano passado. Entre os pontos principais está a unificação de **tributos** federais, estaduais e municipais em torno do novo IVA, cuja alíquota, segundo propõe o governo, vai variar entre 25,7% e 27,3%. O projeto também cria a nova cesta básica nacional, com produtos isentos de tarifa. Profissionais liberais como advogados, arquitetos, economistas, médicos e engenheiros pagarão 30% menos nos seus serviços. Há previsão de tarifa mais alta para bens poluentes ou que fazem mal à saúde, como veículos, cigarro e bebidas. A regulamentação estipula ainda o cashback, a devolução de parte do imposto pago a famílias de baixa renda, página 15

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Carga de até 27,3% não surpreende

Marta Watanabe

Com a reforma, o Brasil deverá ter uma das alíquotas mais altas do mundo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). A alíquota brasileira pode ficar acima ou muito perto dos 27% cobrados pela Hungria, que tem o maior IVA atualmente. A alta alíquota, porém, não será novidade no sistema brasileiro porque irá apenas escancarar a já pesada carga atual sobre consumo, apontam especialistas.

Segundo Bernard Appy, secretário extraordinário de **reforma tributária**, a regulamentação de reforma encaminhada nesta quarta-feira pelo governo resultará em alíquota de referência entre 25,7% e 27,3%, com média de 26,5%.

A emenda constitucional 132/2023 estabeleceu um IVA dual, que se traduzirá na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), federal, e no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido por Estados e municípios.

"Se ficarmos na média, ficaremos entre as alíquotas mais altas no mundo, bem perto da Hungria, que tem IVA de 27%, e bem acima da média de outros países", diz Júlio de Oliveira, sócio do Machado Associados. A média europeia, segundo ele, é de 21% e a América do Sul, entre 19% e 20%. "Mas essa carga tributária elevada não está sendo criada pela reforma. Ela já é a carga atual, que está escondida.

A reforma tem o mérito de deixá-la transparente."

Eduardo Heury, economista e tributarista, sócio do FCR Law, diz que as alíquotas anunciadas por Appy não surpreendem e estão dentro do que vinha sendo apontado por estudos anteriores, já considerando as exceções dos tratamentos mais benéficos. A alíquota, diz ele, é alta, mas mostra o quanto o sistema atual depende da tributação sobre consumo.

A tributarista Lina Santin, sócia do Salusse Marangoni Parente e Jabur, lembra que a carga nominal atual do ICMS, um dos **tributos** que será substituído pelo modelo IVA dual, é de 18%, mas a carga efetiva no consumidor final chega a 50%. Isso porque boa parte do imposto pago nas aquisições do setor produtivo vira custo. A expectativa, diz, é que com a reforma, isso mude. "Com a não cumulatividade plena, o setor produtivo é desonerado e o imposto será suportado pelo consumidor final. Do ponto de vista global, a perspectiva é de redução de carga."

Para Santin, é necessário debater a redistribuição de carga do sistema tributário brasileiro, para que se use mais a base da renda, buscando maior progressividade e a redução da necessidade arrecadatória sobre consumo.

O que pode possibilitar a redução da alíquota potencial dos novos **tributos**, diz Fleury, é um mecanismo de débito e crédito com maior controle das operações e da emissão de notas fiscais, que permite checagem mais rápida e facilita o cumprimento das obrigações. Isso, diz ele, pode reduzir a evasão fiscal e a inadimplência.

Para Ana Cláudia Akie Utumi, sócia do Utumi Advogados, é positivo que a alíquota de referência não ultrapasse o que já vinha sendo discutido, mas ela lembra que só se saberá realmente qual alíquota terão a CBS e o IBS ao final do período de transição, em 2032 ou 2033, quando o ICMS estadual e o ISS saírem de cena definitivamente. A alíquota de referência será importante no início, quando se deflagrar o período de transição, previsto para começar em 2026.

Ainda que a reforma traga crescimento econômico e maior formalização, Utumi considera difícil a redução de alíquota porque há o compromisso de manter os níveis de arrecadação de Estados e municípios.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187852>

Regulamentação é entregue; IVA terá alíquota de até 27,3%

O secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy, afirmou ontem que a estimativa de alíquota média do futuro Imposto sobre Valor Agregado (IVA, que vai substituir cinco **tributos** atuais) é de 26,5%, podendo chegar a 27,3%. A declaração ocorreu logo após a entrega do primeiro projeto de lei de regulamentação da reforma ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

- A estimativa é muito próxima do que tinha antes. Com o desenho, de 25,7% a 27,3%, com média de 26,5%. A referência é a média, mas a expectativa é que seja ainda menor - afirmou Appy.

O valor é inferior aos 27,5% que haviam sido projetados pelo Ministério da Fazenda em novembro do ano passado. Mesmo se ficar em 26,5%, a taxa será uma das mais altas do mundo, segundo a organização Tax Foundation. Por enquanto, trata-se apenas de estimativas, pois a alíquota só será definida nos próximos anos, após a realização de um período de testes do novo modelo tributário.

Apelidado de Lei Geral do IBS, da CBS e do Imposto Seletivo, o projeto entregue ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem 300 páginas, 500 artigos e contém a maior parte das regras da reforma (leia ao lado).

Os detalhes técnicos devem ser apresentados em uma entrevista coletiva às 10h de hoje pela equipe econômica.

A emenda à Constituição que estabeleceu a reforma, aprovada no ano passado, estabelecia apenas as linhas gerais do novo modelo. Outras duas etapas da regulamentação devem ser remetidas em maio, conforme Haddad.

Recesso Segundo Haddad, Lira sinalizou que a proposta deve ser votada em plenário antes do recesso parlamentar, em julho.

- O país aguarda há 40 anos para a solução de um dos mais emaranhados dos problemas brasileiros, que é o nosso caótico sistema tributário, que está entre os 10 piores do mundo e estará entre os 10 melhores do mundo - disse o ministro no ato, acrescentando estar "muito confiante" na aprovação.

Ainda não está definido quem vai relatar os projetos. Horas antes da entrega, Lira disse que está em estudo a criação de dois grupos de trabalho.

Após o ato com o presidente da Câmara, Haddad foi até a residência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na ocasião, Pacheco afirmou que a votação da reforma é a prioridade deste ano.

Haddad faz alerta sobre PEC do Quinquênio

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, expôs a senadores da base governista preocupação com o impacto fiscal da PEC do Quinquênio, que está em discussão no Senado. A conversa ocorreu em um jantar na casa do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem parti-do-AP), na noite de terça-feira, do qual participaram parlamentares de partidos como PT, PDT e MDB.

A proposta cria o adicional por tempo de serviço (ATS), conhecido como quinquênio, correspondente a 5% do salário, que seria pago a cada cinco anos, até o limite de 35%, a juízes, membros do Ministério Público, delegados da Polícia Federal, defensores e advogados públicos.

Haddad alertou que, além do peso sobre as contas federais, a PEC teria um impacto sobre os Estados, já que o quinquênio pode acabar beneficiando também servidores estaduais, e fez uma exposição sobre o esforço que o governo vem fazendo para equilibrar as finanças.

O que prevê

Unificação de **tributos** - O texto apresentado ontem ao Congresso detalha as características do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual a ser implementado, que incidirá sobre bens e serviços em substituição a três dos atuais **tributos** federais (PIS, Cofins e IPI), um estadual (ICMS) e um municipal (ISS).

Também são estabelecidas as normas gerais dos futuros Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e municípios, que serão criados.

Isso inclui fato gerador (operação que enseja a

incidência do tributo), local da operação, base de cálculo, alíquotas, pagamento e não cumulatividade, assim como regras relacionadas à incidência dos **tributos** sobre importações, à imunidade das exportações e a seu modelo operacional.

Cashback - O projeto estabelece que a devolução de parte do imposto pago será feita a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Está prevista a devolução de 100% da CBS e 20% do IBS no gás de cozinha; 50% da CBS e 20% do IBS na energia elétrica, água e esgoto, e 20% da CBS e do IBS nos demais casos.

Cesta básica - O projeto também reduz para 15 a lista de produtos alimentícios de primeira necessidade que terão alíquota zero - na lista estão itens como arroz, feijão, leite e café. Outros terão alíquota de 60%, como carnes.

Regimes diferenciados - A proposta ainda lista as atividades econômicas que terão direito a alíquotas reduzidas de imposto. Na lista, estão, por exemplo, advogados, médicos, engenheiros e contadores.

Imposto Seletivo - O projeto ainda define os produtos sobre os quais incidirá o "imposto do pecado", que será cobrado sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. Entraram na lista cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas, veículos poluentes e bens minerais extraídos.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=20240425&edicao=29989>

Haddad entrega ao Congresso regulamentação da tributária

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) entregou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (24) a primeira proposta de regulamentação da **reforma tributária**.

O projeto de lei complementar trata das regras gerais de operação dos novos **tributos**, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios e o IS (Imposto Seletivo).

Em entrevista coletiva após o ato, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) ficaria entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%. "Eu diria que a referência é a média", afirmou.

Se confirmado esse patamar, a alíquota brasileira ficará entre as maiores do mundo para um IVA. Hoje, a maior do gênero é a da Hungria, de 27%.

Não estava nos planos do Ministério da Fazenda divulgar agora os valores das alíquotas, mas a equipe econômica foi alertada de que essa seria uma das primeiras cobranças dos deputados no início da tramitação do projeto.

Quando a reforma foi promulgada, no final do ano passado, o governo preferiu não revelar os novos cálculos, apesar da insistência de vários setores empresariais.

No ano passado, o governo chegou a estimar uma alíquota de até 27,5%, mas o valor médio atualizado ficou um pouco mais baixo do que o previsto anteriormente porque alguns itens do projeto de regulamentação ficaram mais duros.

Na prática, isso significa regras mais apertadas para os regi-mes diferenciados ou com alíquota reduzida. É a primeira vez que o governo divulga a média da banda de variação da alíquota, que é o ponto considerado mais factível.

Segundo Appy, o resultado final vai depender das mudanças promovidas pelos parlamentares durante a tramitação. Quanto mais exceções, maior a carga sobre os demais contribuintes.

Por outro lado, a Fazenda tem a expectativa de que a

digitalização da cobrança exerça um papel importante para reduzir a sonegação, o que contribuiria na direção de reduzir a alíquota.

Haddad entregou o projeto ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), na presença de líderes da Casa. Segundo ele, o texto tem cerca de 300 páginas e 500 artigos.

"As pessoas podem se assustar um pouco, são 300 páginas e 500 artigos, mas isso substitui uma infinidade de leis que estão sendo revogadas e substituídas por um sistema tributário que será um dos mais modernos do mundo", afirmou o ministro.

Após dias de ruídos em torno da articulação política do governo com o Congresso, o ministro da Fazenda aproveitou o ato para elogiar as tratativas com Câmara e Senado para o envio da proposta.

"Nós estamos muito confiantes no processo. Eu fiz mais uma vez questão de elogiar as tratativas que vêm ocorrendo na Câmara e no Senado em tomo dos projetos, sobretudo da agenda econômica, têm recebido atenção das Casas. Nós nem sempre saímos daqui eufóricos com o resultado das negociações, mas em todos os casos houve avanço. Em todos os casos nós demos um passo na direção correta", disse Haddad.

"Todos os projetos encaminhados ao Congresso receberam atenção, e o presidente Lira me afirmou que o calendário que ele pretende fixar para a deliberação nesta Casa vai até o recesso do meio do ano", afirmou o ministro.

SIMBÓLICO

Após o ato na Câmara, Haddad foi à residência oficial do Senado fazer a entrega simbólica do projeto ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Os senadores analisarão a proposta só depois da votação na Câmara.

A ideia inicial do ministro era enviar dois projetos. O segundo agruparia a regulamentação do Comitê Gestor do IBS e as novas regras sobre como lidar com disputas administrativas e judiciais dos novos **tributos**, o que, na prática, definirá como funcionará o contencioso.

Na noite de segunda-feira (22), Haddad afirmou que o envio dos textos seria dividido. Como mostrou a Folha de S. Paulo, um impasse envolvendo o Comi-tê Gestor do IBS travou a conclusão do segundo projeto.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da PEC (proposta de emenda à Constituição) da reforma no ano passado, também estava presente e ficou próximo a Haddad durante a entrevista coletiva, embora sua indicação como relator do projeto esteja incerta.

Como mostrou a Folha, em meio a disputas antecipadas pela sucessão na Mesa Diretora da Câmara, circula nos bastidores a possibilidade de Ribeiro não ser designado para o posto.

Lira sinalizou a aliados que estuda a possibilidade de fatiar os textos que serão enviados pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para prestigiar diferentes grupos políticos ou partidos com as relatorias.

Ribeiro tem o apoio da Fazenda e de Lula, que defendeu sua indicação nesta terça-feira (23) em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto.

O petista ressaltou que a indicação do relator é prerrogativa de Lira, mas afirmou que o deputado está familiarizado com o tema e as negociações, o que pode facilitar na tramitação do texto.

"Quem indica é o presidente da Câmara, longe de mim indicar, só gostaria que levassem em conta isso", afirmou Lula, sem citar nominalmente Ribeiro.

O presidente da Câmara disse nesta quarta que vai conversar com líderes dos partidos para definir relatorias e calendário de tramitação.

"Não tive reunião com parlamentares e líderes para discutir, mas nossa ideia é trabalhar para que em 60,70 dias isso possa estar no plenário da Câmara, ou seja, antes do final do recesso do primeiro semestre. Se não houver condições políticas, a gente vai vendo com o tempo", afirmou Lira.

Ele disse que Ribeiro terá "eterna gratidão" pelo papel que desempenhou na relatoria da PEC da reforma no ano passado, mas não deu certeza de sua indicação para cuidar dos projetos de regulamentação.

"A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas nós temos uma quantidade absurda de deputados competentes que também desejam relatar essas matérias. O deputado Aguinaldo Ribeiro tem sempre e terá a nossa eterna gratidão, é companheiro de partido, muito conceituado e competente, mas ele já relatou a PEC da tributária, essas regulamentações

necessariamente não precisam ter o mesmo relator", disse.

Segundo ele, há a possibilidade de se formar dois grupos de trabalho para cuidar das discussões.

Pacheco, por sua vez, afirmou que também pretende dar celeridade à análise do texto.

"Mesmo sendo ano eleitoral, nós teremos todo o compromisso para, ainda este ano, assim como fizemos com a emenda constitucional no ano passado, entregarmos para a sociedade brasileira essa lei aprovada para termos, enfim, uma **reforma tributária** no nosso país", disse após receber o texto.

CESTA

A regulamentação da **reforma tributária** vai detalhar di -versos pontos da **reforma tributária**, como quais produtos farão parte da chamada Cesta Básica Nacional, que terá alíquota zero, e quais terão o benefício da alíquota reduzida (equivalente a 40% da cobrança de referência).

"Vários alimentos foram incluídos na cesta básica de tributação zero. Aí tem uma segunda alíquota que não é zero, que é a alíquota reduzida. E uns poucos produtos de consumo de luxo que ficaram na alíquota cheia, na chamada alíquota padrão ou alíquota de referência. Isso tudo está nas tabelas, isso tudo vai ser de conhecimento público", disse Haddad.

O Ministério da Fazenda vai conceder uma entrevista coletiva nesta quinta-feira (25) para detalhar pontos técnicos da proposta. (Folhapress)

Ministro Fernando Haddad entrega projeto de regulamentação da reforma ao presidente da Câmara, Arthur Lira: 300 páginas

Não live reunião com parlamentares e líderes para discutir, mas nossa ideia é trabalhar para que em 60,70 dias isso possa estar no plenário da Câmara "

Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara dos Deputados

Site: <https://opopular.com.br/digital/25-abril-2024/1o-caderno>

Imposto menor para advogados e médicos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou ontem o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária**.

O projeto apresenta os detalhes sobre o benefício para profissionais liberais, como advogados, médicos, engenheiros e contadores. Essas categorias terão redução de 30% na alíquota geral.

A reforma definiu que terão alíquota reduzida atividades ligadas à prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional.

O projeto ainda explica como vai funcionar o "cashback", devolução de parte do imposto pago, para a população de baixa renda.

Segundo o texto, praticamente todos os produtos consumidos por essas famílias terão direito ao "cashback", à exceção de produtos que estão sujeitos ao imposto seletivo, ou "Imposto do Pecado" como cigarro e bebidas alcoólicas.

A proposta ainda estabelece um piso mínimo de devolução, que varia conforme o tributo, se Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS, estadual e municipal) ou Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, federal) e o produto ou serviço.

A emenda constitucional que estabeleceu a mudança da tributação sobre o consumo já determinava que o mecanismo deve ser usado para devolver parte dos **impostos** que incidem na conta de luz e no gás de cozinha.

Terão direito ao "cashback" as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, integrando-se ao Cadastro Único das políticas sociais, e tomarão como praticamente todo o consumo de bens e serviços feitos por essas famílias, à exceção dos produtos que estão sujeitos ao imposto seletivo, como cigarro e bebida alcoólica. A proposta define que devolução do imposto terá um piso, que varia a depender do produto ou serviço.

No caso do gás de cozinha o mínimo é de 100% para a CBS e 20% para o IBS. Para o serviço de energia elétrica, água e esgoto, o piso é 50% para a CBS e 20% para o IBS. Aos demais produtos, o percentual mínimo de "cashback" é de 20%.

O projeto afirma que a autonomia federativa é preservada ao se prever que os entes poderão, por lei específica, fixar percentuais superiores de devolução da sua parcela da CBS ou do IBS.

SAIBA MAIS

Redução para arquitetos e economistas

A reforma nos **impostos** APÓS DÉCADAS de discussões, o Congresso aprovou a **reforma tributária** no fim do ano passado.

5 TRIBUTOS serão substituídos por um IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO (IVA) - um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios: CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS (CBS): com gestão federal, vai unificar IPI, PIS e Cofins; IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS): com gestão compartilhada estados e municípios, unificará ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Sem acumular NO MODELO 00 IVA, os **impostos** não são cumulativos ao longo da cadeia de produção de um item. O valor do IVA ainda vai ser estipulado, em outra etapa, quando a PEC for regulamentada.

A ÁREA ECONÔMICA calcula que o percentual deverá ser algo em torno de 27% sobre o valor do produto, para manter a atual carga tributária. A alíquota não será definida agora.

Redução A REFORMA definiu que terão alíquota reduzida atividades ligadas à prestação de serviços de profissão intelectual, natureza científica, literária ou artística, desde que submetidas a fiscalização por conselho profissional.

A LISTA ADMINISTRADORES; advogados; arquitetos e urbanistas; ASSISTENTES sociais; bibliotecários; biólogos; contabilistas; economistas; ECONOMISTAS DOMÉSTICOS: profissionais de educação física; engenheiros e agrônomos; ESTATÍSTICOS: médicos veterinários e zootecnistas; MUSEÓLOGOS; químicos; profissionais de relações públicas; técnicos industriais; e técnicos agrícolas.

Projeto de regulamentação chega ao Congresso

(Adriana Fernandes, Idiana Tomazelli e Victoria Azevedo/Folhapress com informações da Reuters e Agência Brasil).

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) entregou ontem à Câmara dos Deputados a primeira proposta de regulamentação da **reforma tributária**. O projeto de lei complementar trata das regras gerais de operação dos novos **tributos**, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) de estados e municípios e o Imposto Seletivo (IS).

A ideia inicial do ministro era enviar dois projetos. O segundo agruparia a regulamentação do Comitê Gestor do IBS e as novas regras sobre como lidar com disputas administrativas e judiciais dos novos **tributos**, o que, na prática, definirá como funcionará o contencioso.

Na noite de segunda-feira (22), Haddad informou que o envio dos textos seria dividido. Na terça-feira (23), em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu manter na regulamentação da **reforma tributária** o mesmo relator do texto da PEC sobre o tema aprovada no ano passado, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

Em entrevista após a entrega do projeto, o secretário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que a alíquota média estimada para o novo tributo é de 26,5%.

De acordo com Haddad, o novo sistema, após a **reforma tributária**, poderá ampliar a base arrecadatória do governo e, com isso, permitir cobranças menores em relação ao modelo atual.

"Hoje, nós temos uma alíquota de 34% e nós queremos baixar. Mas isso depende das exceções à regra e depende do sistema de digitalização para diminuir a evasão e aumentar a base tributária", disse.

Haddad afirmou que "vários" alimentos foram incluídos na cesta básica com tributação zerada, com uma segunda fatia de itens ficando com alíquota reduzida, enquanto produtos "de luxo" terão a cobrança integral.

Na entrevista de ontem, Haddad disse ser natural que

pontos do texto da **reforma tributária** passem por negociação, mas ponderou que a elaboração foi acompanhada de perto por representantes de Estados e municípios, o que pode facilitar a tramitação para aprovar o texto até o meio do ano - antes do recesso parlamentar e da campanha às eleições municipais.

Ele acrescentou que um segundo projeto será enviado ao Congresso nas próximas semanas para regulamentar questões "administrativas" relacionadas aos Estados e municípios na **reforma tributária**.

Ao dizer que o País aguarda há 40 anos por uma solução do "nosso caótico sistema tributário", Haddad citou estimativas que apontam para um incremento de 10% a 20% do Produto Interno Bruto (**PIB**) como efeito da reforma.

Lira e Pacheco - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que vai conversar com líderes dos partidos para definir relatorias e calendário de tramitação.

"Não tive reunião com parlamentares e líderes para discutir, mas nossa ideia é trabalhar para que em 60, 70 dias isso possa estar no plenário da Câmara, ou seja, antes do final do recesso do primeiro semestre. Se não houver condições políticas, a gente vai vendo com o tempo", afirmou.

Segundo ele, há a possibilidade de se formar dois grupos de trabalho para cuidar das discussões.

Após a entrega do projeto ao presidente da Câmara, Haddad foi entregar um exemplar impresso na residência oficial do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ao sair da reunião, Haddad se disse confiante na aprovação do projeto ainda neste ano, apesar de reconhecer que o Senado terá dificuldade de votar a proposta por causa das eleições municipais de outubro.

"Como aconteceu no ano passado, ninguém dizia que uma emenda esperada há 40 anos pudesse ser promulgada. E o presidente Pacheco presidiu a solenidade de promulgação para a felicidade do país, que esperava muitas décadas por isso", afirmou.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-25-04-2024/>

Lula diz que tecto da Reforma Tributária está fechado

Victoria Abel, Karolini Bandeira, Camila Turtelli e Jeniffer Gularte AGÊNCIA GLOBO

Em café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o governo já tem pronto os textos dos projetos que preveem a regulamentação da **Reforma Tributária**, que devem ser enviados ainda nesta semana para o Congresso Nacional. Em uma crise na articulação política com o Congresso, o presidente defendeu a escolha de um relator alinhado ao Palácio do Planalto, lembrando que as propostas podem sofrer alterações pelo Legislativo.

Lula sugeriu que os relatores dos projetos de lei sejam os mesmo que trabalharam na análise da PEC que estabeleceu a reforma - o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na Câmara, e Eduardo Braga (MDB-AM), no Senado.

A prerrogativa de indicar o relator das leis complementares é dos presidentes das Casas. No Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) já decidiu continuar com Braga como relator. Na Câmara, no entanto, Arthur Lira (PP-AL), ainda não definiu se mantém Aguinaldo Ribeiro.

"Ontem nós fechamos a proposta final do que vai para a regulamentação da Tributária, vamos levar uma proposta de acordo com o governo. Sabemos que quando chegar à Câmara, ela será modificada. O que seria o ideal é que você tivesse o mesmo relator, o cara já está familiarizado, você ganha tempo. Se pudesse ser apenas o relator, e se o relator pudesse ser o mesmo, mas quem indica o relator é o presidente da Câmara", disse.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2807#book/52>

Haddad se reúne com Lira e Pacheco

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem (24), ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários o primeiro projeto de lei complementar que vai regulamentar a **Reforma Tributária** promulgada no ano passado pelo Congresso Nacional. Ao lado de Lira, Haddad fez elogios ao presidente da Câmara e ressaltou seu esforço em ajudar o País.

"Entrego mais este projeto sabendo que estou entregando nas mãos de uma pessoa que até agora, desde a transição até ontem, tem demonstrado uma resolutividade, uma determinação em ajudar o País a encontrar seu caminho de desenvolvimento e de justiça social", disse.

Senado Em seguida, Haddad foi até à residência do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também para entregar o texto. No encontro, Pacheco disse que 2024 será um ano de prioridade para regulamentar a **Reforma Tributária** sobre o consumo, e comentou que o Parlamento trabalhará para entregar a aprovação do tema ainda neste ano, mesmo com o calendário de eleições municipais.

"É uma alegria receber Haddad com o projeto de lei que hoje foi entregue ao Congresso. Todos sabem do nosso compromisso sobre o tema", disse. Ele apontou que a proposta é "robusta" e será lida por todos.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/vyxn/#p=1>

Briga para destinação de verbas não vai acabar nunca, afirma Lira

A briga entre o Executivo e o Legislativo para decidir o destino das verbas públicas "não vai acabar nunca", disse nessa quarta-feira (24) o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/ AL). Ele fez a avaliação no 4o Ciclo de Debates CACB (Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil), em Brasília.

"Nós ficamos falando o tempo todo sobre a briga, R\$ 5 bilhões pra cá, R\$ 3 bilhões para lá, é o Congresso que indica, ou é o Governo Federal que indica. Essa briga não vai acabar nunca, são posicionamento de placas tectônicas a respeito da destinação de políticas públicas. Toda democracia vive isso e é bom que ela exista", afirmou.

"Câmara é o patinho feio do Congresso. Encontraram um presidente que tem coragem de dar a cara para apanhar pelos outros. Embora pessoalmente tenha votado em outro candidato, nunca faltei com minhas obrigações. Dei todas as condições para que [o governo] fizesse um bom 2023", acrescentou.

O presidente da Câmara tem uma relação tensa com o governo e chegou a dizer que o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT/SP), é incompetente. Em entrevista ao jornalista Pedro Bial, da TV Globo, Lira admitiu ter errado ao xingar Padilha, mas afirmou que "palavras ditas estão ditas" e evitou pedido direto de desculpas.

"Eu tenho erros e acertos, não tenho problema de reconhecer o erro quando eu faço. Eu já vinha apontando ao governo há alguns meses que não funciona a articulação política. Se você prestar atenção, há um esforço muito grande para que as matérias chegam maduras ao plenário", disse em entrevista transmitida na terça-feira (23). Lira abordou assuntos em discussão na Câmara, como a **reforma tributária**, o projeto que regulamenta o trabalho para aplicativo de transportes e sua sucessão na Presidência da Casa.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Proposta de regulamentação tributária tem alíquota de 26,5%

O projeto de lei complementar trata das regras gerais de operação dos novos **tributos**, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios e o IS (Imposto Seletivo).

Em entrevista coletiva após o ato, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) ficaria entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%. "Eu diria que a referência é a média", afirmou.

Se confirmado esse patamar, a alíquota brasileira ficará entre as maiores do mundo para um IVA. Hoje, a maior do gênero é a da Hungria, de 27%.

Não estava nos planos do Ministério da Fazenda divulgar agora os valores das alíquotas, mas a equipe econômica foi alertada de que essa seria uma das primeiras cobranças dos deputados no início da tramitação do projeto.

É a primeira vez que o governo divulga a média da banda de variação da alíquota, que é o ponto considerado mais factível.

Segundo Appy, o resultado final vai depender das mudanças promovidas pelos parlamentares durante a tramitação. Quanto mais exceções, maior a carga sobre os demais contribuintes.

Por outro lado, a Fazenda tem a expectativa de que a digitalização da cobrança exerça um papel importante para reduzir a sonegação, o que contribuiria na direção de reduzir a alíquota.

Haddad entregou o projeto ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), na presença de líderes da Casa. Segundo ele, o texto tem cerca de 300 páginas e 500 artigos.

"As pessoas podem se assustar um pouco, são 300 páginas e 500 artigos, mas isso substitui uma infinidade de leis que estão sendo revogadas e substituídas por um sistema tributário que será um dos mais modernos do mundo", afirmou o ministro.

Após dias de ruídos em torno da articulação política do governo com o Congresso, o ministro da Fazenda

aproveitou o ato para elogiar as tratativas com Câmara e Senado para o envio da proposta.

"Nós estamos muito confiantes no processo. Eu fiz mais uma vez questão de elogiar as tratativas que vêm ocorrendo na Câmara e no Senado em torno dos projetos, sobretudo da agenda econômica, têm recebido atenção das Casas. Nós nem sempre saímos daqui eufóricos com o resultado das negociações, mas em todos os casos houve avanço. Em todos os casos nós demos um passo na direção correta", disse Haddad.

"Todos os projetos encaminhados ao Congresso receberam atenção, e o presidente Lira me afiançou que o calendário que ele pretende fixar para a deliberação nesta Casa vai até o recesso do meio do ano", afirmou o ministro.

Após o ato na Câmara, Haddad foi à residência oficial do Senado fazer a entrega simbólica do projeto ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Os senadores analisarão a proposta só depois da votação na Câmara.

@MAIS CONTEÚDO ACESSE www.oestadoce.com.br

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Baixa renda poderá ter 'cashback' de até 50% na conta de luz

A proposta de regulamentação da **reforma tributária** prevê um "cashback" de até 50% dos **tributos** na conta de luz, água, esgoto e gás natural e de até 100% na aquisição do gás de botijão para famílias de baixa renda.

O mecanismo foi aprovado na emenda constitucional da **reforma tributária** como forma de garantir a devolução de parte dos **tributos** pagos por famílias em situação de maior vulnerabilidade.

De acordo com a proposta, terão acesso ao benefício as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, o equivalente a R\$ 706) inscritas no Cadastro Único de programas sociais.

O destinatário dos valores será o responsável pela unidade familiar, que, ao preencher os requisitos, será incluído automaticamente na sistemática. Caso prefira, ele poderá solicitar sua exclusão.

O cashback será aplicado sobre os dois **tributos**, tanto a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal quanto o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios.

As únicas exceções são os produtos sujeitos ao Imposto Seletivo, como cigarros e bebidas alcoólicas, considerados danosos à saúde.

O texto prevê a devolução de 100% da CBS e 20% do IBS na aquisição do gás de cozinha em botijão.

Na conta de luz, água, esgoto e gás natural, o cashback será de 50% da CBS e 20% do IBS -nesses casos a devolução será dada já no momento da cobrança da operação, ou seja, em forma de desconto na própria fatura.

Nos demais casos, valerá o percentual de 20% para ambos os **tributos**.

Os percentuais fixados serão aplicados automaticamente a partir da aprovação e sanção da lei, mas na prática são um piso mínimo de reembolso aos contribuintes de baixa renda, já que o projeto autoriza União, estados e municípios a fixarem percentuais mais elevados, caso assim o desejem.

Se houver decisão de elevar o percentual devolvido, a

proporção deverá ser limitada a 100% do tributo. Os governos também poderão estipular faixas diferenciadas de cashback em função da renda familiar dos destinatários.

Segundo o governo, o cálculo das devoluções tomará como base praticamente todo o consumo de bens e serviços realizado por essas famílias.

"Há ainda previsão de que sejam estabelecidos mecanismos de mitigação de fraudes e limites de devolução por unidade familiar destinatária, com o objetivo de garantir a compatibilidade entre os valores devolvidos e a renda disponível da família", diz a exposição de motivos.

A regra geral do cashback prevê que a devolução será calculada sobre o consumo formalizado das famílias, isto é, mediante emissão de nota fiscal, com o objetivo de "estimular a cidadania fiscal e mitigar a informalidade nas atividades econômicas, a sonegação fiscal e a concorrência desleal".

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Reforma tributária é entregue com alíquota média de 26,5%

##9632; LUCYENNE LANDIM

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregou ontem o texto da regulamentação da **reforma tributária** aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). O texto será analisado na forma de um projeto de lei complementar no Congresso Nacional.

De acordo com Haddad, foi entregue "o grosso" do tema, com a maior parte das regras. A proposta institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

A alíquota média dos **tributos** sobre o consumo deve ser de 26,5%, podendo variar entre 25,7% e 27,3% e até ser reduzida a depender do cenário da regulamentação. A informação foi confirmada pelo secretário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, ao lado de Haddad.

O texto, segundo o "Estado", prevê o Imposto Seletivo, chamado de "imposto do pecado", que incidiria sobre veículo, embarcação e aeronave, cigarros, bebidas alcoólicas, bebidas açucaradas e bens minerais extraídos.

De acordo com o texto, a incidência desse imposto sobre a aquisição de veículos justifica-se por "serem emissores de poluentes que causam danos ao meio ambiente e ao homem". A proposta é que as alíquotas incidam sobre veículos automotores classificados como automóveis e veículos comerciais leves e variem a partir de uma alíquota base, de acordo com os atributos de cada veículo.

O segundo texto, sobre aspectos específicos de gestão e fiscalização do IBS, será enviado ao Congresso Nacional nos próximos dias. "Em duas semanas, até o final da semana seguinte do feriado, entregamos o outro projeto", disse Haddad.

De acordo com o ministro, Lira se comprometeu a votar o texto na Câmara até o início do recesso parlamentar, em julho. A expectativa gira em torno do período eleitoral, a partir de agosto, que costuma reduzir a atividade no Congresso. Isso porque deputados e senadores ficam em suas bases para a costura de composições.

"O que ele pretende é, até o recesso, levar a votação em plenário, o que vocês sabem que, sendo uma lei complementar, embora tenha um quórum qualificado, não é o de uma emenda constitucional, e é uma única votação. Então, é algo que tem uma tramitação mais leve", disse o ministro.

Lira recebeu o texto de Haddad em seu gabinete na Câmara dos Deputados. Ele disse que vai conversar com líderes dos partidos para definir relatorias e calendário de tramitação. "Não tive reunião com parlamentares e líderes para discutir, mas nossa ideia é trabalhar para que em 60,70 dias isso possa estar no plenário da Câmara, ou seja, antes do final do recesso do primeiro semestre. Se não houver condições políticas, a gente vai vendo com o tempo", afirmou. A **reforma tributária** foi promulgada em dezembro de 2023, mas uma série de pendências precisa ser regulamentada por lei complementar. É o caso de alíquotas dos **tributos** e da cesta básica nacional de alimentos.

Sem acordo Adiada sessão para análise dos vetos

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), adiou ontem à noite a sessão para análise de vetos presidenciais que estava marcada para ontem. Mais cedo, os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, estiveram com Pacheco e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para tratar sobre a realização ou não da sessão. Também participaram da reunião líderes do governo no Congresso.

"De fato, não havia o mínimo consenso em relação a tudo que havia de projeto nessa sessão do Congresso. Então, nós damos mais esse prazo para que os líderes possam entabular o máximo possível de acordos, sobretudo os vetos sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual", afirmou Pacheco.

Há a expectativa de que uma nova sessão seja convocada entre os dias 7 e 9 de maio. "Será uma data realmente definitiva. Não haverá mais possibilidade de adiamento. Eu avisei isso ao líder Randolfe Rodrigues (sem partido-AP)", reiterou Pacheco.

Pacheco: tema é prioridade

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que 2024 será um ano de prioridade para regulamentar a **reforma tributária** sobre o consumo e comentou que o Parlamento trabalhará para entregar a aprovação do tema ainda neste ano.

"É uma alegria receber Haddad com o projeto de lei que hoje foi entregue ao Congresso. Todos sabem do nosso compromisso sobre o tema", disse Pacheco à imprensa ao lado do ministro da Fazenda.

Perspectiva Estratégia. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, afirmou ontem que existe a possibilidade de formar dois grupos de trabalho na Casa para cuidar das discussões dos textos entregues.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Reforma tributária: IVA deverá ter alíquota média de 26,5%, diz Fazenda

Aline Brito

+

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, compareceu ao Congresso Nacional, no final da tarde desta quarta-feira, para entregar o primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) que regulamenta a **Reforma Tributária**. Segundo Haddad, a simulação indica que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) terá alíquota média de 26,5%.

As estimativas feitas pelo secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, são de alíquotas variando entre 25,7% e 27,3%.

O texto, com 360 páginas e 500 artigos, foi entregue nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que assumiu o compromisso de votar a regulamentação antes do início do recesso parlamentar, marcado para 18 de julho.

Em seguida, Haddad foi ao encontro do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na Residência Oficial (RO) do Senado, onde apresentou aos senadores um exemplar encadernado do documento.

Tivemos um êxito muito importante, no ano passado, ao encerrarmos o ano com a promulgação da emenda constitucional da reforma e, agora, esse ano de 2024 passa ser um ano de prioridade para esse tema da regulamentação, declarou Pacheco, que também assumiu o compromisso de dar agilidade e votar o projeto ainda neste ano mesmo sendo o ano eleitoral.

O projeto se soma a outros 13 PLPs protocolados, antes do governo, por parlamentares da oposição. Ao ser enviado ao Congresso sem urgência, a expectativa dos parlamentares é de que o texto da Fazenda seja apensado aos complementares das Frentes Parlamentares e, assim, tramitar em conjunto.

Fizemos questão de chamar estados e municípios para acompanhar de ponta a ponta a construção do projeto. Provavelmente não vai expressar desejo de ninguém individualmente, porque é um projeto que é resultado de uma negociação prévia que fizemos questão de fazer para facilitar o trabalho do Legislativo, disse o ministro Haddad.

O ministro reforçou que a nova norma vai simplificar o

sistema tributário do país e conferir mais segurança para coibir fraudes e, com isso, a diminuir as alíquotas dos **impostos** cobrados da sociedade. Teremos um sistema tributário totalmente digital. Os investimentos no Brasil serão desonerados, importações serão desoneradas, produtos de consumo popular terão preço melhor. Não haverá cumulatividade dos **impostos**, assegurou.

O conjunto de benefícios da Reforma é inestimável. Ao final da transição, estima-se um impacto positivo no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 10% a 20% em função do ganho de eficiência que a economia terá, adiantou Haddad.

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter declarado, publicamente, preferência por Aguinaldo Ribeiro para relatar a regulamentação da Reforma, Arthur Lira demonstrou, em entrevista a jornalistas, na tarde de ontem, que são poucas as chances de o deputado ser novamente o relator da matéria.

Lira disse que o parlamentar de seu partido é respeitado conhecedor da matéria, mas não é o único. Não sabemos quem será o relator ou se serão dois. Há muitos deputados pedindo, pode ser em dois núcleos, como se fossem dois GTs (Grupos de Trabalho) para dar mais oportunidade para outros deputados participarem. Vou conversar qual o melhor caminho e chamar um calendário para montar audiências públicas, fazer reuniões, oitivas e ouvir todos os setores. É discussão de uma matéria que deve durar mais 40 anos, afirmou Lira.

Ao ser perguntado sobre a preferência de Lula sobre Ribeiro, o presidente da Câmara respondeu que outros deputados devem ser considerados. A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas temos uma quantidade absurda de deputados competentes e que desejam relatar. O deputado Aguinaldo tem toda nossa gratidão, é competente, é um companheiro de partido, mas ele já relatou a PEC da **reforma tributária**. Essas regulamentações necessariamente não têm que ter o mesmo relator. Há deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, tributaristas, advogados.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, compareceu ao Congresso Nacional, no final da tarde desta quarta-feira, para entregar o primeiro Projeto de

Lei Complementar (PLP) que regulamenta a **Reforma Tributária**. Segundo Haddad, a simulação indica que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) terá alíquota média de 26,5%.

As estimativas feitas pelo secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, são de alíquotas variando entre 25,7% e 27,3%.

O texto, com 360 páginas e 500 artigos, foi entregue nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que assumiu o compromisso de votar a regulamentação antes do início do recesso parlamentar, marcado para 18 de julho.

Em seguida, Haddad foi ao encontro do presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na Residência Oficial (RO) do Senado, onde apresentou aos senadores um exemplar encadernado do documento.

Tivemos um êxito muito importante, no ano passado, ao encerrarmos o ano com a promulgação da emenda constitucional da reforma e, agora, esse ano de 2024 passa ser um ano de prioridade para esse tema da regulamentação, declarou Pacheco, que também assumiu o compromisso de dar agilidade e votar o projeto ainda neste ano mesmo sendo o ano eleitoral.

O projeto se soma a outros 13 PLPs protocolados, antes do governo, por parlamentares da oposição. Ao ser enviado ao Congresso sem urgência, a expectativa dos parlamentares é de que o texto da Fazenda seja apensado aos complementares das Frentes Parlamentares e, assim, tramitar em conjunto.

Fizemos questão de chamar estados e municípios para acompanhar de ponta a ponta a construção do projeto. Provavelmente não vai expressar desejo de ninguém individualmente, porque é um projeto que é resultado de uma negociação prévia que fizemos questão de fazer para facilitar o trabalho do Legislativo, disse o ministro Haddad.

O ministro reforçou que a nova norma vai simplificar o sistema tributário do país e conferir mais segurança para coibir fraudes e, com isso, a diminuir as alíquotas dos **impostos** cobrados da sociedade. Teremos um sistema tributário totalmente digital. Os investimentos no Brasil serão desonerados, importações serão desoneradas, produtos de consumo popular terão preço melhor. Não haverá cumulatividade dos **impostos**, assegurou.

O conjunto de benefícios da Reforma é inestimável. Ao final da transição, estima-se um impacto positivo no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 10% a 20% em função do ganho de eficiência que a economia terá, adiantou

Haddad.

Apesar de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ter declarado, publicamente, preferência por Aguinaldo Ribeiro para relatar a regulamentação da Reforma, Arthur Lira demonstrou, em entrevista a jornalistas, na tarde de ontem, que são poucas as chances de o deputado ser novamente o relator da matéria.

Lira disse que o parlamentar de seu partido é respeitado conhecedor da matéria, mas não é o único. Não sabemos quem será o relator ou se serão dois. Há muitos deputados pedindo, pode ser em dois núcleos, como se fossem dois GTs (Grupos de Trabalho) para dar mais oportunidade para outros deputados participarem. Vou conversar qual o melhor caminho e chamar um calendário para montar audiências públicas, fazer reuniões, oitivas e ouvir todos os setores. É discussão de uma matéria que deve durar mais 40 anos, afirmou Lira.

Ao ser perguntado sobre a preferência de Lula sobre Ribeiro, o presidente da Câmara respondeu que outros deputados devem ser considerados. A opinião do presidente é importante, a gente respeita, mas temos uma quantidade absurda de deputados competentes e que desejam relatar. O deputado Aguinaldo tem toda nossa gratidão, é competente, é um companheiro de partido, mas ele já relatou a PEC da **reforma tributária**. Essas regulamentações necessariamente não têm que ter o mesmo relator. Há deputados da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, tributaristas, advogados.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/04/6844853-reforma-tributaria-iva-devera-ter-aliquota-media-de-265-diz-fazenda.html>

Entenda a proposta de regulamentação da reforma tributária em 5 pontos (Reforma tributária)

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) entregou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira (24) a primeira proposta de regulamentação da **reforma tributária**.

O projeto de lei complementar trata das regras gerais de operação dos novos **tributos**, a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) de estados e municípios e o IS (Imposto Seletivo).

Em entrevista, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse que, com o desenho do projeto de lei, a alíquota do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) ficaria entre 25,7% e 27,3%, com uma média de 26,5%.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que vai conversar com líderes dos partidos para definir relatorias e calendário de tramitação. Segundo ele, há a possibilidade de se formar dois grupos de trabalho para cuidar das discussões.

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado, afirmou que também pretende dar celeridade à análise do texto.

O Ministério da Fazenda vai conceder uma entrevista coletiva nesta quinta-feira (25) para detalhar pontos técnicos da proposta.

Veja abaixo os principais pontos do projeto.

A proposta prevê um "cashback" de até 50% dos **tributos** na conta de luz, água, esgoto e gás natural e de até 100% na aquisição do gás de botijão para famílias de baixa renda.

O mecanismo foi aprovado na emenda constitucional da **reforma tributária** como forma de garantir a devolução de parte dos **tributos** pagos por famílias em situação de maior vulnerabilidade.

De acordo com a proposta, terão acesso ao benefício as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (hoje, o equivalente a R\$ 706) inscritas no Cadastro Único de programas sociais.

A proposta também propõe redução em 30% das alíquotas do IBS e da CBS sobre a prestação de serviços de 18 profissões regulamentadas de natureza científica, literária ou artística.

Considerando a alíquota média de 26,5% projetada para os novos **tributos**, os serviços desses profissionais seriam tributados em 18,6%.

As 18 profissões selecionadas:

O governo estabeleceu uma lista enxuta de 18 categorias de produtos da cesta básica nacional que serão integralmente desonerados.

Os produtos foram listados considerando a diversidade regional e cultural da alimentação do país.

A prioridade do governo foi incluir os alimentos mais consumidos pela população mais pobre para assegurar que o máximo possível do benefício tributário seja apropriado pelas famílias de baixa renda.

Lista de produtos com a alíquota zero:

Alimentos que terão redução de 60% das alíquotas do IBS e CBS:

A proposta prevê uma alíquota maior de imposto para veículos, embarcações, aeronaves, produtos do fumo, bebidas alcoólicas e açucaradas, além de bens minerais extraídos. Essas categorias serão alvo de incidência do chamado IS (Imposto Seletivo), criado para sobretaxar bens considerados danosos à saúde.

A lista não inclui alimentos ultraprocessados, apesar do manifesto de especialistas da área da saúde em defesa da cobrança sobre essa classe de produtos.

O IS vai incidir uma única vez sobre o bem. As alíquotas serão definidas posteriormente por meio de lei ordinária.

O projeto fixou nove categorias de serviço de educação que terão direito a alíquota reduzida. A lista inclui os cursos de educação tradicional, como infantil,

fundamental e médio, mas também permitiu o benefício da alíquota mais baixa para o ensino de línguas nativas de povos originários.

Já os cursos livres, como por exemplo costura, culinária e pintura, e de idiomas ficaram de fora. As academias de ginástica, que buscavam a alíquota reduzida durante as negociações do projeto, tampouco entraram na lista.

Veja a lista dos serviços de educação com redução de 60% da alíquotas do IBS e CBS:

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/entenda-a-proposta-de-regulamentacao-da-reforma-tributaria-em-5-pontos.shtml>

Proposta do governo para tributária bate de frente com projetos do setor privado

A proposta do governo de regulamentação da **reforma tributária** bate de frente, em muitos pontos, com os projetos apresentados nas últimas semanas pelo grupo paralelo formado por congressistas e representantes do setor privado.

A lista de bens e serviços contemplados com isenções e alíquotas reduzidas e o "cashback" são alguns exemplos dos embates que devem marcar as discussões nos próximos três meses -prazo previsto para votar o texto na Câmara.

Na entrega da proposta aos congressistas, o secretário Bernard Appy afirmou que um número menor de exceções permite manter a alíquota dos novos **tributos** próxima de 26,5%. Lembrando que a tributação padrão atual é de 34%, como citou o ministro Fernando Haddad (Fazenda).

Outro ponto polêmico é a inclusão de automóveis (exceto os menos poluentes) e bebidas açucaradas na lista de produtos com tributação adicional pelo Imposto Seletivo, pelos danos causados por esses bens à saúde e ao ambiente.

O governo foi mais comedido ao listar apenas três minerais que serão tributados pelo mesmo motivo (minério de ferro, petróleo e gás natural), mas decidiu não isentar a exportação desses produtos.

Há também pontos na proposta da Fazenda que vão ao encontro dos projetos do grupo paralelo, como a redução de obrigações tributárias acessórias e a busca pela harmonização entre as atuações de União, estados e municípios.

Merece ainda uma análise mais detalhada as soluções propostas para dois grandes problemas do sistema atual: a garantia da não-cumulatividade e a mudança do local de tributação da origem para o destino.

Uma das autoras da proposta que resultou na emenda constitucional da reforma, a tributarista Vanessa Canado sempre defendeu que os projetos de um governo devem se basear naquilo que é o melhor do ponto de vista técnico.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Concessões políticas, se houver, devem ser feitas durante o debate público no Congresso.

O texto apresentado nesta quarta-feira (24) dá ao governo uma boa margem de negociação. A apresentação da alíquota estimada mostra qual será o custo de mudanças que busquem apenas benefícios setoriais, não o aprimoramento sempre necessário de uma proposta tão complexa.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/04/proposta-do-governo-para-tributaria-bate-de-frente-com-projetos-do-setor-privado.shtml>

Médicos, advogados e arquitetos terão desconto de 30% no imposto, com Reforma Tributária. Veja lista completa

Thaís Barcellos

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou nesta quarta-feira o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária**. O projeto apresenta os detalhes sobre o benefício para profissionais liberais, como advogados, médicos, engenheiros e contadores. Essas categorias terão redução de 30% na alíquota geral.

A reforma definiu que terão alíquota reduzida atividades ligadas à prestação de serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional.

Veja a lista:

Após décadas de discussões, o Congresso Nacional aprovou a **Reforma Tributária** no fim do ano passado. O texto atualiza o sistema tributário brasileiro.

Pela Emenda, cinco **tributos** serão substituídos por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) - um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios:

No modelo do IVA, os **impostos** não são cumulativos ao longo da cadeia de produção de um item.

O valor do IVA ainda vai ser estipulado, em outra etapa, quando a PEC for regulamentada. A área econômica calcula que o percentual deverá ser algo em torno de 27% sobre o valor do produto, para manter a atual carga tributária do país. A alíquota não será definida agora.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/25/médicos-advogados-e-arquitetos-terao-desconto-de-30percent-no-imposto-com-reforma-tributaria-veja-lista-completa.ghtml>

Vacinas da dengue, gripe e Covid serão isentas de imposto, com Reforma Tributária

Victoria Abel

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , entregou ao Congresso Nacional nesta quarta-feira o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** . Além de definir as normas gerais do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que vai unir cinco **impostos** cobrados separadamente hoje, a proposta ainda traz a lista de medicamentos e equipamentos médicos com isenção total do imposto, ou redução de 60% sobre a alíquota.

Não precisarão pagar imposto 383 princípios ativos de medicamentos, listados em anexo no projeto de lei complementar. Estão na lista, por exemplo, vacinas de prevenção a Covid-19, dengue, febre amarela e gripe.

A proposta também deixa isento de imposto dispositivos de acessibilidade como, cadeiras de rodas e aparelhos de audição. O texto ainda traz alíquota zerada para equipamentos de exames, como ultrassom, raio-x, e itens hospitalares como respiradores e monitores.

Outros medicamentos e equipamentos médicos terão desconto de 60% na alíquota, a lista é de 850 remédios atendidos e 92 itens hospitalares como: como cateteres, válvulas, luvas cirúrgicas e sondas.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/25/vacinas-da-dengue-gripe-e-covid-serao-isentas-de-imposto-com-reforma-tributaria.ghtml>

Dentistas, fisioterapeutas e psicólogos terão desconto de 60% no pagamento de imposto, com Reforma Tributária

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad , apresentou nesta quarta-feira o primeiro e mais amplo projeto de regulamentação da **Reforma Tributária** . O texto detalha os setores e os produtos que terão redução de Imposto sobre o chamado Valor Agregado (IVA), que vai unificar cinco **tributos** que hoje são cobrados separadamente.

A expectativa é que ir a um consultório dentário ou fazer sessões de fisioterapia fique mais barato, pois os profissionais que prestam esses serviços terão um desconto de 60% sobre a tributação. Veja abaixo os serviços que terão abatimento de 60% sobre o IVA.

Veja os serviços de saúde com desconto:

Veja a lista dos serviços de educação com desconto:

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/04/25/dentistas-fisioterapeutas-e-psicologos-terao-desconto-de-60percent-no-pagamento-de-imposto-com-reforma-tributaria.ghtml>

A reforma em sua hora da verdade

A solenidade e as palavras confiantes do ministro Fernando Haddad, ao entregar a regulamentação da **Reforma Tributária**, eram as de uma pessoa vitoriosa. Cada passo dessa reforma tão esperada é um feito, de fato. Agora os 500 artigos e as 300 páginas que prometem simplificar a vida dos contribuintes brasileiros precisam ser digeridos, entendidos e, quem sabe, aprovados sem maiores distorções. No meio do caminho tem um Congresso que chegou a um ponto de hostilidade tal que o governo terminou o dia ontem achando que havia vencido uma queda de braço apenas porque adiou a votação dos vetos.

A tarde de ontem de Brasília era a cena exposta da difícil governabilidade do Brasil. Ministros correndo atrás de deputados, em reuniões urgentes e sequenciais, tudo para tentar evitar a derrubada dos vetos presidenciais. Chegou ao absurdo de o governo liberar emendas para que o Congresso não derrubasse o veto às próprias emendas. Explicando melhor. Um dos vetos de Lula recaiu sobre uma parte das emendas de comissão, 10% de tudo o que os congressistas abocanham do orçamento público, ou seja, R\$ 5,6 bilhões. Para que esse veto não fosse derrubado, o governo prometeu liberar R\$ 3,6 bilhões. Nove fora, nada. É muito desgaste por um mero adiamento.

Para aumentar as chances de aprovação da regulamentação sem que o projeto seja desfigurado, o Ministério da Fazenda conversou com os estados e municípios durante a elaboração. Haddad disse que a preparação do projeto "foi acompanhado de ponta a ponta por representantes de estados e municípios". Fez isso como estratégia para reduzir as reações federativas. Mas este é um ano eleitoral, num país polarizado, com governadores querendo eleger seus prefeitos no máximo de municípios. E com municípios em disputa. Além disso, em ano de pleito, o funcionamento do Congresso será encurtado. Qual a chance e quanto custará aprovar essa regulamentação por melhor que ela tenha sido formulada?

O governo tem tido muito mais dificuldade de organizar sua coalizão, em relação aos dois primeiros mandatos. Naquela época, o governo tinha maioria, alta popularidade, e um Congresso com partidos com alguma coesão e liderança. A desorganização dos últimos anos, com o avanço do Congresso sobre a execução orçamentária torna mais difícil, mais caro, mais penoso qualquer projeto de governo. Bolsonaro que não tinha proposta alguma - ele mesmo chegou a

dizer que veio para destruir e não construir - entregou poderes excessivos e o orçamento secreto ao Congresso. Fazer o caminho de volta tem sido cada vez mais difícil, porque os partidos são mais do que nunca ajuntamentos aleatórios sem lideranças e sem ideias.

O governo também tem errado. Vive-se a estranha situação de o chefe da Casa Civil ter que fazer reuniões que caberiam ao articulador político, porque o presidente da Câmara não fala com o articulador político. Pirraça ou não de Arthur Lira, o fato é que a incapacidade de Alexandre Padilha exercer todas as atividades do cargo exhibe mais uma faceta da desorganização geral na relação entre Executivo e Legislativo.

Na terça-feira às seis da tarde, o governo ainda achava que era possível conter em 29 subsetores a concessão tributária para o setor de eventos, o Perse. O governo quando começou a negociar queria que os beneficiados com a suspensão dos pagamentos de **impostos** federais fossem apenas 12 subsetores. O Congresso queria que fosse 44. Negociou-se um limite de 29. E acabou sendo aprovado para 34. Todo mundo cedeu? Sim, mas o governo teve que ceder mais, até porque no início dessa conversa, o ministro Fernando Haddad queria o fim do programa de estímulo fiscal que foi pensado para o setor de eventos durante a pandemia.

Quando apresentou a regulamentação da **Reforma Tributária**, o ministro Fernando Haddad descreveu um mundo há muito tempo desejado pelo Brasil, com investimentos e exportações desonerados, com produtos de consumo popular com preços mais baixos, sem cumulatividade de **impostos**. "O conjunto de benefícios desta reforma é inestimável", concluiu o ministro.

Mas agora tudo passará pelo campo minado da negociação com o Congresso, processo no qual para aprovar mesmo medidas técnicas e com benefícios para o país, o governo precisa entregar parte do próprio mérito da medida. Adiar os vetos é fácil, e inútil. Aprovar a regulamentação será uma difícil batalha.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2024/04/a-reforma-em-sua-hora-da-verdade.ghtml>

Boa notícia para economia, mercado de trabalho é dor de cabeça para o BC

Marsílea Gombata

O aquecimento acima do esperado do mercado de trabalho tem surpreendido economistas e se mostra boa notícia para a atividade. Mas é também um dos principais motivos de preocupação do Banco Central. Isso porque, apesar de refletir a economia aquecida e significar mais renda e mais consumo, um mercado de trabalho apertado como o atual pode gerar mais pressões inflacionárias e deter o ritmo de queda de juros, afirmam economistas.

Apesar de outros fatores, como mudança da meta fiscal e dos rumos de política monetária nos Estados Unidos, se mostrarem adicionais de pressão para as decisões do Comitê de Política Monetária (Copom), o desemprego baixo e a renda em trajetória de alta continuam a ser um problema para o Banco Central na redução da Selic.

Em relatório enviado a clientes recentemente, o banco Citi Brasil lembra que a taxa de desemprego atual de 7,6%-a menor desde o primeiro trimestre de 2015 - e o crescimento real dos salários indicam o grau de restrição das condições do mercado de trabalho no país.

"As condições já restritivas do mercado de trabalho, juntamente com a visão de que o crescimento caminha para a aceleração, devem restringir cada vez mais o processo desinflacionário", escrevem os economistas Leonardo Porto, Paulo Lopes e Thais Ortega. "Essa perspectiva provavelmente motivará o Copom a interromper o ciclo de redução dos juros não apenas mais cedo, mas também em patamar mais elevado."

Em particular, o ritmo de aumento dos salários não está compatível com a produtividade, afirma Porto, que é economista-chefe do Citi Brasil.

"Se o salário sobe em linha com a produtividade, não gera pressões inflacionárias. Mas, se essa alta não vem ancorada, há potenciais riscos de surgirem pressões inflacionárias à frente", diz.

"Quando olhamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), vemos aumento salarial nominal de 9% e, em termos reais, de 4,3%. São números bem acima de qualquer estimativa de produtividade no Brasil."

Sinais de aquecimento

Um alerta, afirma o economista, são os sinais de aceleração da economia, o que deve aquecer ainda mais o mercado de trabalho.

Após estagnação no segundo semestre de 2023, a estimativa do Citi é de crescimento de 0,4% do **PIB** no primeiro trimestre, e de 0,6% no segundo, ante o trimestre anterior, impulsionado pela demanda interna, especialmente pelo consumo das famílias e por investimento. Para o ano, o banco espera crescimento de 1,5% do **PIB**. A taxa de desemprego, por sua vez, deve ficar em 7,5% neste ano, contra 8% em 2023.

"Nessas condições, o mercado de trabalho deverá se fortalecer ainda mais no futuro, com níveis mais baixos de taxa de desemprego, apontando para um hiato do produto [diferença entre o **PIB** corrente e o **PIB** potencial] ainda menor", diz o relatório.

Esses riscos se somam a um cenário de expectativas de desinflação no médio e longo prazo desancoradas, o que cria uma limitação adicional para o BC.

No boletim Focus divulgado na terça-feira (23), a expectativa de **inflação** para 2024 subiu de 3,71% para 3,73%, no intervalo de uma semana. Para 2025, a projeção passou de 3,56%, para 3,60%.

Além de sustentar **inflação** de serviços em patamar alto, o mercado de trabalho apertado deve levar a uma alta da **inflação** de bens, segundo o Citi. A projeção do banco é de alta de 4% do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano.

Porto espera corte da Selic para 10% na reunião do Copom em junho. Há dúvidas, contudo, se a projeção deve ser recalibrada. Isso porque nos últimos dias começaram a se materializar outros riscos ao ciclo de corte de juros.

No ambiente doméstico, a mudança da meta fiscal acendeu um alerta. Na arena externa, houve mudanças de rota na política monetária nos Estados Unidos, com o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), diante de pressões inflacionárias maiores - em março, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) avançou 3,5% em termos anuais,

ante expectativa de 3,4%.

Diante disso, houve uma reprecificação da política monetária dos EUA, afirma Rodolfo Margato, economista da XP. No início do ano, o mercado chegou a precificar ao menos seis cortes da taxa de juros ao longo do ano.

Agora, não somente há incerteza sobre um próximo corte como o mercado começa a ver em 20% a chance de alta dos juros na próxima reunião do Fed, no fim de abril.

Descontando as pressões externas, no cenário doméstico, diz Margato, a dinâmica do mercado de trabalho continua sendo uma das principais variáveis monitoradas pelo BC.

"Desde o terceiro trimestre do ano passado, os principais indicadores do mercado de trabalho na Pnad e no Cadastro Geral de Empregados e Desempregado (Caged) surpreendem para cima. A população ocupada cresce consecutivamente, com destaque para o emprego formal desde o início de 2024", diz.

"Do ponto de vista da política monetária, o grande fator a ser monitorado é a dinâmica dos salários reais. A Pnad mostra rendimento médio real do trabalho em trajetória de alta desde setembro. Dados do Caged e do Salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), vão na mesma direção".

Rendimentos em alta A XP espera que o rendimento médio (recebido de todos os trabalhos) cresça 2,5% em termos reais neste ano, na comparação com 2023.

Esse bom momento, afirma, deve-se a uma combinação de três variáveis. Primeiro, a taxa de atividade econômica nos últimos meses, que deve se refletir em alta de 0,7% do PIB no primeiro trimestre, de acordo com a XP. Segundo, o aumento do salário mínimo, que teve aumento real de 3%.

"O terceiro, que gera discussão entre analistas, é a taxa de desemprego de equilíbrio, a chamada Nairu, que não acelera a **inflação**. Nas nossas discussões, a Nairu estaria ao redor de 8%, mas já começamos a observá-la abaixo de 8% no terceiro trimestre de 2023", afirma. "Com ela abaixo desse patamar, pode haver pressão sobre salários e aceleração da **inflação**."

O BC vem acompanhando de perto ainda alguns grupos do IPCA, diz Margato.

Um deles seria o IPCA de serviços, que deve crescer 4,5% neste ano, ante 2023, segundo a XP. Já o IPCA de serviços subjacentes, espécie de núcleo da

inflação de serviços, que exclui itens voláteis como passagens aéreas, deve avançar 4,9%. O IPCA de serviços intensivos em mão de obra, por sua vez, deve subir 5,2%. Todas as projeções estão bem acima da meta de **inflação** do BC para este ano, de 3%.

A XP espera IPCA de 3,5% para 2024, com viés de alta podendo levar o índice a 3,7%. A projeção para a Selic, de 9% no fim deste ano, está sob revisão.

"Ainda há muitas incertezas, que o próprio Copom tem destacado quando se refere ao âmbito doméstico. No caso do trabalho de trabalho, vemos sinais de moderação no curto prazo, mas insuficientes para fazer com que a **inflação** de serviços convirja para a meta", prevê Margato.

Em seu último **comunicado**, de 20 de março, o Copom chamou atenção para um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho de países emergentes, o que exige "cautela".

Relatório da consultoria MB Associados observa que o **comunicado** ressalta incerteza misturada à resiliência da atividade e do mercado de trabalho.

"O fato é que o banco sinalizou mais uma queda de 0,5 ponto percentual, chegando a 10,25% em maio, mas deixando em aberto o que pode vir pela frente. Abriu-se a possibilidade de uma queda mais suave de 0,25 ponto, sem afetar a taxa de fim de ciclo. Ao sugerir que a queda poderá ser mais suave, o BC demonstra preocupação com alguns itens da **inflação** que seguem muito pressionados", escreve no relatório Sérgio Vale, economista da MB Associados.

"Será difícil o BC justificar mais corte de juros diante da expansão forte do emprego, da renda, da taxa de ocupação alta e do desemprego baixo", afirma Vale, que espera taxa de desemprego em 7,5% neste ano e maior aquecimento do mercado de trabalho, em reação à atividade econômica.

No relatório, a MB afirma que elementos de incerteza deverão fazer o BC encerrar o ciclo de queda da Selic em 9,25% e "quem imaginava a Selic muito mais baixa poderá ter que revisar as projeções".

Essa interrupção, afirma Vale, pode ser o prenúncio de um segundo semestre muito mais tumultuado em termos de política monetária - além do fim de ciclo de queda de juros, haverá troca do presidente e de mais dois diretores do BC.

"No segundo semestre, o debate será sobre qual BC teremos e para onde vamos caminhar", conclui.

"Será difícil o BC justificar mais corte de juros diante

da expansão forte do emprego" Sérgio Vale

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852>

Fluxo para fundos de bônus do Brasil inverte em abril

Rita Azevedo e Fernanda Guimarães De São Paulo

Com dados ainda fortes da atividade econômica americana e mudanças nas expectativas sobre o corte de juros nos Estados Unidos, o fluxo para fundos que investem em bônus brasileiros mudou. Desde o início de abril, eles registraram saídas de US\$ 61,5 milhões, o que interrompeu o movimento de entrada de recursos visto nos últimos três meses, de acordo com levantamento feito a pedido do Valor pela EPFR, consultoria que capta o fluxo de capital nos fundos de investimento globalmente.

Nos três primeiros meses do ano, em um bom momento de emissão de títulos de dívida externa, a entrada de capital nos fundos dedicados a títulos de dívida brasileiros chegou a cerca de US\$ 161 milhões. Em todo o ano passado, a entrada de recursos nesses fundos foi da ordem de US\$ 46 milhões. O investimento em bônus, contudo, pode ser feito por investidores estrangeiros também dentro dos fundos de bonds emergentes e, em menor peso, nos fundos globais.

A dinâmica positiva desenhada até o início de abril, que influenciou na melhora do ambiente para as emissões brasileiras, desandou com os dados mais recentes de inflação nos Estados Unidos. Os números jogaram ainda mais para frente as projeções de início do corte das taxas de juros na economia americana, o que trouxe volatilidade aos Treasuries e afastou investidores e emissores. Com isso, a euforia dentro dos bancos que estruturam esse tipo de operação foi trocada pela cautela.

"A mudança na perspectiva de queda da taxa de juros é um evento importante o suficiente para dar uma balançada no mercado", diz Samy Podlubny, chefe da área de dívida do UBS BB. "Os eventos afetaram os níveis dos preços no mercado secundário e o apetite para o primário." Isso, no entanto, não significa que a janela de operações tenha se fechado. "Houve um ajuste de preço, mas acredito que vamos continuar vendo os brasileiros emitindo lá fora neste ano. Estamos acompanhando com atenção e o mercado segue funcionando", diz Alexandre Castanheira, chefe da área de mercado de dívida do Citi.

De janeiro até agora, foram concluídas 13 ofertas brasileiras no mercado de dívida em dólar. A mais

recente foi da Movida, que captou US\$ 500 milhões, no dia 4 de abril. Na mesma semana, BTG Pactual e Nexa, antiga Votorantim Metais, levantaram US\$ 500 milhões e US\$ 600 milhões, respectivamente.

Segundo fontes, ao menos uma oferta de companhia brasileira deve ser divulgada nos próximos dias. Empresas que estavam se preparando para apresentar a investidores estrangeiros possíveis emissões não mexeram nos planos, e companhias que passam por reestruturação também devem fazer ofertas para pagar seus vencimentos de curto prazo.

Os nomes que têm porte e caixa para aguardar o melhor momento para uma oferta, como os emissores frequentes, podem esperar mais para captar recursos lá fora. "Eles não precisam emitir de forma urgente", lembra Pedro Frade, responsável pela área de renda fixa internacional do Itaú BBA.

Para Frade, a necessidade, no momento, é de estabilidade dos Treasuries, algo que deve trazer de volta as emissões no mercado externo. O que prejudica nesse momento tem sido uma reprecificação brusca, o que faz com os investidores se sintam menos confortáveis para investir. Até o momento, a projeção de volume financeiro para o ano segue intacta, algo que pode ficar em torno de US\$ 20 bilhões.

Caio de Luca Simões, chefe do mercado de capitais de dívida do Bank of America (BofA) no Brasil, acredita que ainda há espaço para ofertas tanto para companhias que já emitem no exterior quanto para estreadantes.

"Não houve uma mudança estrutural de cenário", diz ele. "A despeito da abertura de spreads, seguimos construtivos, considerando que há apetite dos investidores para papéis tanto de emissores frequentes quanto para novas histórias." No início de 2024, duas companhias estreadaram no mercado de dívida em dólar. A 3R Petroleum fez uma emissão de US\$ 500 milhões e a Ambipar, especializada em gestão de resíduos, levantou US\$ 750 milhões. O debute de uma brasileira no mercado de bonds não ocorria há dois anos.

Até agora, o volume de títulos brasileiros emitidos lá fora neste ano chega a US\$ 11,6 bilhões.

"Mudança na perspectiva de juros é evento importante para balançar o mercado" Samy Podlubny

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1§ion=1)**

"Meta não é para se discutir, mas para se perseguir", diz Galípolo

Mariana Ribeiro De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, disse ontem que o papel da autoridade monetária não é discutir a meta de **inflação**, mas persegui-la. Buscando reforçar a mensagem de que a instituição está comprometida com esse objetivo, ele acrescentou ter até uma posição mais "radical" de que o BC não deveria participar do voto da meta no Conselho Monetário Nacional (CMN).

O diretor afirmou que, desde que assumiu a posição no BC, tem visto o ceticismo do mercado com o cumprimento da meta - que é de 3% para 2024, 2025 e 2026 - "ir e voltar". "Para a gente, esse é um "não tema". Recebemos um mandato e temos que persegui-lo", disse durante participação em evento promovido pela Upload Ventures, em São Paulo.

"Sou até mais radical e acho que o BC nem deveria, no CMN, votar na meta de **inflação**", acrescentou Galípolo, reforçando que ela deve ser definida pelo poder democraticamente eleito. "A discussão no Copom não passa por se a meta está alta ou baixa, temos que nos preocupar com persegui-la." Galípolo também foi questionado sobre a influência da curva de juros americana sobre a brasileira e disse que, de fato, o nível de correlação subiu muito. Acrescentou, no entanto, que a autoridade monetária deve agir com calma e não "se emocionar". "Quando a gente escreve "parcimônia" [nas comunicações oficiais] significa que nem sempre devemos nos emocionar muito com flutuações de curto prazo." De acordo com ele, talvez o mais adequado seja dar tempo para ver como essas oscilações podem se refletir naquilo que é o mandato do BC, que é a meta de **inflação**. "É importante ter calma e não se emocionar, ainda que o risco seja ficar um pouco atrasado nesse processo de função de reação." Foi a primeira fala de Galípolo após comentários do presidente do BC, Roberto Campos Neto, sobre possível alteração no cenário-base da autoridade devido ao aumento de incertezas locais e externas.

Na semana passada, Campos Neto traçou quatro caminhos possíveis para a política monetária no país. Na avaliação dos agentes de mercado, o dirigente buscou se desfazer da orientação de política monetária indicada no **comunicado** da última decisão

do Copom, de que o comitê via como apropriado mais um corte de 0,5 ponto percentual na taxa Selic.

Na última reunião do colegiado, em março, a taxa básica de juros foi reduzida de 11,25% ao ano para 10,75%, com sinalização de mais um corte de 0,5 ponto percentual apenas para a próxima reunião, marcada para 7 e 8 de maio.

Em sua apresentação, Galípolo afirmou ainda que está otimista com o Brasil "e não é de agora".

Para ele, apesar da reprecificação de ativos mais recente, com o fortalecimento do dólar, o Brasil tem vantagens comparativas e capacidade de atrair investimento. Ele afirmou que países que estavam mais adiantados no processo de aperto monetário "estão sofrendo um pouquinho na defasagem do ponto de vista da economia norte-americana", ou seja, com a postergação dos cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed). "Mas ainda acho que, do ponto de vista estrutural, o Brasil reúne vantagens para se apresentar como um polo de investimentos, ter ganhos de produtividade." O diretor disse que a demanda das famílias deve permanecer resiliente e que, em um momento de tensão geopolítica global, o país também tem uma situação "bastante privilegiada em comparação a outros países". "O Brasil tem tamanho de mercado, demanda aquecida, com ciclo de política monetária que parece bastante saudável", disse, citando também vantagens em termos de balança comercial e energia limpa.

"Parcimônia" significa que nem sempre devemos nos emocionar muito com flutuações de curto prazo" Gabriel Galípolo

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187852?page=1§ion=1>

Galípolofoi neutro na 1ª fala após mudança de cenário

Análise Alex Ribeiro De São Paulo

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, pregou "calma" para avaliar o cenário econômico antes de agir, mas foi neutro sobre o que isso significaria em termos práticos no atual ciclo de baixa da Selic. Galípolo, na verdade, pregou calma não exatamente na manipulação dos juros, mas na chamada função de reação do BC, ou seja, na forma como o Comitê de Política Monetária (Copom) analisa as novas informações e toma as suas decisões.

O diretor do BC respondia a uma pergunta do auditório que citava o aumento da correlação entre os juros futuros americanos e os juros futuros no Brasil e questionava o significado desse fato para a execução a política monetária doméstica. Na sua resposta, Galípolo procurou mostrar que o Copom atua dentro dos preceitos do regime de metas de **inflação**, reforçando que é necessário ter serenidade para, dentro deste arcabouço, examinar o significado da alta de juros de mercado no Brasil e EUA.

"O que a gente tem feito - e talvez [seja] o que machuque menos, o que [talvez] seja mais adequado na linha de parcimônia e serenidade - é dar tempo, quando acontecem esses tipos de reajustes do ponto de vista da curva de juros americana, para entender como isso gera reprecificação na nossa curva de juros e como isso se desdobra para aquilo que efetivamente é o mandato do BC, que é uma meta de **inflação**", disse Galípolo.

Logo na sequência, vem o trecho que alguns participantes do mercado entenderam como "dovish", ou inclinado a juros menores: "Daí eu acho importante a gente ter calma, não se emocionar muito e entender como isso vai se desenrolar, ainda que o risco que esteja correndo é de estar um pouco mais atrasado nesse processo de função de reação".

Galípolo disse, um pouco antes, que a inclusão na comunicação oficial dos termos "parcimônia" e "serenidade" significa que o Copom não deveria se "emocionar muito" com flutuações de curto prazo. Ele recordou o que aconteceu no segundo semestre de 2023, quando os juros dos títulos do Tesouro americano tiveram uma alta de um ponto percentual, que, segundo ele, esteve muito relacionada às necessidades de colocação de papéis pelo Tesouro

americano. "Naquele momento, se a autoridade monetária tivesse reagido de maneira muito emocionada, muito rápida, precoce, talvez poderia ter gerado mais volatilidade do que ter retirado volatilidade." Ele fez um paralelo com a situação atual, em que os juros americanos estão sendo pressionados pela reprecificação sobre os cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano). Lembrou que a taxa de câmbio subiu a R\$ 5,30, depois recuou para uma mínima de R\$ 5,12. "Estamos voltando acima de R\$ 5,15. Mas também acho que tem uma correlação com a colocação dos títulos do Tesouro." Foi o primeiro pronunciamento público de Galípolo, um membro apontado pelo governo Lula, desde que, na semana passada, o BC mudou sua sinalização de queda de juro de 0,5 ponto percentual em reunião que acontece em duas semanas, em virtude do aumento da incerteza internacional e fiscal.

O Copom deve travar, nas próximas reuniões, uma discussão sobre o quanto das incertezas internacionais e fiscais são transitórias e o quanto são perenes, e quanto isso afetará a trajetória de juros. Há uma semana, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, falou sobre o assunto em Washington. "Você não quer reagir muito a dados de curto prazo, mas ao mesmo tempo você não quer ignorar muito de uma mudança estrutural ao ponto de perder a sua credibilidade", afirmou.

O BC derrubou a sua indicação de corte de juros de 0,5 ponto para maio e, no seu lugar, indicou quatro cenários hipotéticos que podem influenciar a sua decisão. Um deles diz que, se a incerteza diminuir e voltar ao que era, o BC pode até retomar seu plano de cortar 0,5 ponto. Em outro cenário hipotético, a incerteza se manteria nos níveis atuais, e o Copom reduziria o ritmo de cortes para 0,25 ponto.

Outros dois cenários hipotéticos não têm uma relação com algum movimento predeterminado de juros, mas ilustram como o BC pode reagir se a incerteza aumentar mais (o que levaria a um balanço de riscos mais negativo) e se se tornarem realmente intensos (o que poderia levar a uma revisão do cenário atual do Copom que indica queda da **inflação** para a meta).

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1>

§ion=1

BC não deveria votar meta de inflação, mas cumprir, diz Galípolo

O diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, disse nesta quarta-feira (24) que o papel do BC seja apenas o de cumprir e não estabelecer metas de **inflação**. Para ele essa função deve caber a um poder eleito democraticamente, que é responsável por determinar o mandato dos diretores do Banco Central.

"Estamos aqui recebendo um mandato. Assim como na empresa de todos vocês, meta não é para se discutir, meta é para se perseguir. Eu sou até de uma posição talvez mais radical aqui, de que acho que o BC nem deveria no CMN [Conselho Monetário Nacional] votar na meta de **inflação**. Temos a autonomia para perseguir essa meta.

Então, para a gente, não passa a discussão no Copom se a meta está baixa demais, está alta demais", disse Galípolo a investidores e empresários em São Paulo.

A declaração ocorreu após Galípolo ser questionado sobre o centro da meta de **inflação** estabelecida no Brasil (3%). "Cabe colocar os economistas, especialistas e os economistas de mercado produzir essa discussão da maneira que se julgar mais pertinente". Atualmente, o colegiado do CMN, responsável por estabelecer as metas de **inflação**, é composto por três cadeiras, ocupadas pelo presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto), pelo ministro da Fazenda (Fernando Haddad) e pela ministra do Planejamento e Orçamento (Simone Tebet).

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Ativos locais têm novo dia de queda

Gabriel Roca, Maria Fernanda Salinet, Arthur Cagliari e Matheus Prado De São Paulo

A escalada dos juros globais, diante das incertezas em relação à política monetária americana e após novo leilão robusto de Treasuries, continuou a impactar os mercados locais ontem. Ao mesmo tempo, a consolidação de visão menos construtiva por parte de investidores aprofunda revisões para a trajetória da Selic e, nesse contexto, as declarações do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo, foram acompanhadas de perto.

No fim do dia, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 passou de 10,81% para 10,96%, o dólar teve alta de 0,34%, a R\$ 5,1477, e o Ibo-vespa recuou 0,33%, aos 124.740 pontos. Lá fora, o rendimento da T-Note de dois subiram de 4,908% para 4,937%; e o papel de 10 anos avançou de 4,606% para 4,647%. O ambiente global ainda é de cautela por conta das incertezas em relação ao início do processo de afrouxamento monetário nas economias principais. A pressão externa, inclusive, tem se traduzido em um menor interesse de estrangeiros por mercados emergentes, o que alimenta a pressão vendedora dos ativos locais.

Um outro fator que pesou na alta na curva dos EUA foi que o Tesouro americano emitiu ontem aproximadamente US\$ 70 bilhões em T-notes de 5 anos. Ainda que a demanda tenha vindo em linha com a média dos últimos leilões, o volume foi considerado elevado e contribuiu para que as taxas se sustentassem em níveis mais altos desde o início do pregão.

Segundo o estrategista Ian Lyngen, da BMO Capital Markets, os títulos do Tesouro americano "estavam mais fracos, em movimento que pode ser descrito como apático, no sentido de que os volumes eram baixos e a convicção era limitada, enquanto os investidores aguardavam dados de atividade".

Hoje serão divulgados a prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos EUA referente ao primeiro trimestre, assim como o relatório do índice de preços de gastos com consumo (PCE), relativos ao mesmo período. Os dados para março serão divulgados amanhã. Analistas afirmam que o núcleo da **inflação** do PCE pode ofuscar os dados do **PIB**, especialmente se houver uma surpresa altista nos números.

"Independentemente do desempenho do ritmo

trimestral anualizado do núcleo da **inflação** em relação ao consenso de +3,4%, isso representará uma aceleração em relação ao ritmo de +2,0% do quarto trimestre". Ainda segundo Lyngen, os indicadores servirão como um lembrete ao Federal Reserve (Fed, banco central americano) de que ainda há muito trabalho pela frente antes de declarar vitória contra a **inflação**.

Diante de um cenário externo pior, agentes deram continuidade ao movimento de revisões em suas projeções para a Selic, reforçando a percepção de que o espaço para cortes de juros é menor do que se imaginava há algumas semanas.

Ontem, o Rabobank passou a contemplar uma taxa de juros mais alta, de 9,75%, no fim do atual ciclo de cortes. "Num cenário mais incerto, nesta conjuntura, acreditamos que o BC deverá desacelerar o ritmo de 0,5 ponto para 0,25 ponto na próxima reunião (maio) e prosseguir com mais três cortes de 0,25 ponto (junho, agosto e setembro) até atingir 9,75%, que deve se manter até o fim de 2025.

E foi nesse contexto de incertezas elevadas, tanto do ponto de vista da política monetária externa quanto da local, que os agentes acompanharam as declarações do diretor de política monetária do Banco Central, Gabriel Galípolo. Participantes do mercado relataram alguma dificuldade de interpretar as declarações do dirigente, já que não havia transmissão do evento.

A primeira impressão relatada ao Valor por diversos agentes foi a de que as declarações sobre o compromisso com a meta de **inflação** chamaram a atenção e estariam dentro de um espectro mais conservador da política monetária. Mais tarde, no entanto, as opiniões mudaram e o sinal da mensagem emitida por Galípolo seria a de que ele quer, no mínimo, manter a porta aberta para um corte de 0,5 ponto percentual na reunião de maio.

No fim de sua apresentação, em uma pergunta sobre a correlação entre as taxas de juros de dois anos do Brasil e dos Estados Unidos, Galípolo afirmou que é importante ter calma nestes momentos de reprecificação da curva americana e ver como eles se desdobram para aquilo que é efetivamente importante para o Banco Central-a **inflação**. Nesse trecho, apontaram participantes do mercado, o dirigente soou bastante "dovish" (alinhado a uma visão de juros mais baixos).

US\$70 bilhões foi a oferta do Tesouro dos EUA de notas de 5 anos

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1§ion=1)**

Um caso de amor com títulos do Tesouro - FERNANDO TORRES

FERNANDO TORRES

Meu caso de amor com títulos públicos federais que pagam taxas de juros acima da inflação é antigo.

Não tive a sorte de comprar os papéis atrelados ao IGP-M, mas o investimento em papéis ligados ao IPCA foi, sem dúvida nenhuma, o mais bem-sucedido.

Na época, elas, as notas, se chamavam apenas Notas do Tesouro Nacional Série B, antes mesmo de receberem, dos mais íntimos, o apelido de "Bs".

Falo de um tempo bem mais antigo, portanto, do que de 2015, quando veio seu nome de guerra, Tesouro 1PCA+. Aliás, até hoje acho que esse "segundo nome" não é dos melhores.

Não que o termo NTN-B tenha algum significado para alguém na Praça da Sé. Mas mesmo o novo nome, que veio com a ideia de simplificar e traduzir, não passa a essência do que realmente é atraente nelas, que é o juro real.

Tenho certeza, aliás, de que muito investidor compra o título achando que está apostando na alta da inflação quando, na verdade, está no máximo tentando se proteger de uma possível elevação no futuro, e, mais comumente, simplesmente querendo tirá-la de seu horizonte de decisão.

E se o IPCA não é a parte que realmente importa nesse investimento, o essencial está no que vem depois do "+", mas que fica oculto, claro, porque varia todos os dias.

Na época do início da paquera, quase vinte anos atrás, o que elas entregavam depois do "+" era espetacular. Mais de 8% de juro real, quase 9%. Mas quase ninguém parecia dar muita bola quando eu comentava e achava bom demais para ser verdade.

Imagina iniciar um relacionamento, digo, investimento, que só iria terminar dali a 20 ou 30 anos, diziam. "O pequeno investidor não está preparado para isso... é uma aplicação apenas para fundos de pensão", cansava de ouvir de analistas.

Teimoso, acabei insistindo e segui meu coração. Comprei primeiro as que venceriam em 2024, alguns

anos depois as que tinham prazo até 2035.

Na época, não tinha certeza absoluta de que ficaria com os papéis até que a morte (do título) nos separasse. Mas a intenção era carregá-los por um bom tempo, o que me tirava do radar qualquer receio sobre eventuais contratemplos do dia a dia (no jargão, esses ruídos do relacionamento são chamados de marcação a mercado).

Talvez eu esteja diminuindo demais o peso dessa volatilidade no curtíssimo prazo, que cai de forma diferente para cada um. Mas como minha ideia era comprar para "esquecer", o sobe-e-desce realmente nunca me incomodou.

E foi apenas depois de um tempo que eu pude entender melhor o motivo da minha tranquilidade mesmo com o preço sacudindo tanto. A realidade é que aplicação feita em meados dos anos 2000 rendeu tão bem que, mesmo nos momentos de turbulência, ela seguia bastante acima da variação do CDI no período.

Aliás, é certo que comecei a comprar em outra época, com bastante gordura. Mas, olhando o histórico do Tesouro IPCA+ 2035 em janelas móveis diárias de 48 meses, sempre que um investidor comprou esse papel com taxa de juro real acima de 5%, em 98,13% das vezes o investimento superou o GDI acumulado no mesmo período.

Claro que um gestor experiente pode ler este relato e argumentar que o melhor dos mundos seria sim ter comprado os papéis na data original, mas vendido os títulos para realizar lucros quando a taxa caía, e depois ter voltado a comprar só quando a taxa subisse. O retorno seria ainda maior.

Mas minha bola de cristal não é das melhores, e nunca tive a pretensão de antever com precisão os movimentos no mercado de juros.

Então, assegurar uma bela taxa de juro real acima da inflação, sem precisar me preocupar muito com reinvestimento, sempre me pareceu uma boa ideia.

E me lembrei de contar essa história de amor por dois motivos. O primeiro é que as minhas queridas "Bs de 2024", que eram o patinho feito quando as comprei,

em meados dos anos 2000, vão vencer agora em agosto. E só quem vai comemorar o fim desse relacionamento é a Receita, que vai abocanhar seus 15% de IR sobre o rendimento.

O segundo motivo é que a parte que realmente importa do Tesouro IPCA, que é aquela que vem depois do "+", voltou a superar os 6%, e chegando a bater 6,15% para o vencimento mais curto, de 2029.

É certo que, quando isso acontece, não é à toa. Lá fora, os juros nos Estados Unidos elevem ficar mais altos que o previsto por mais tempo, enquanto por aqui o governo adiou, inclusive no papel (não só na prática), sua meta de superávit primário.

Na ótica do investidor que pode comprar esses papéis e carregar para o longo prazo, vejo dois cenários possíveis.

No positivo, as incertezas locais e externas vão acabar se dissipando, o governo vai controlar os gastos em algum momento, as taxas reais vão cair e a marcação a mercado vai gerar um baita retorno antecipado nessa aplicação.

Já no desfecho negativo, a incerteza não diminui, as contas públicas não se acertam e a válvula de escape acaba sendo a **inflação**. Nesse caso, é certamente melhor estar casado com Tesouro IPCA+ do que com papéis prefixados. Em relação ao CDI fica a dúvida. Mas, olhando para trás, quem comprou a B de 2035 pagando acima de 6% e carregou por pelo menos 48 meses ganhou do GDI em 100% das vezes. E com uma bela folga.

Difícil não se apaixonar.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187852?page=1§ion=1)**

O atual momento do mercado de investimentos: o que a pós-pandemia traz para os investidores? (Artigo)

ITALI COLLINI ECONOMISTA, INVESTIDORA ANJO
E DIRETORA DA POTENCIA VENTURES

O mundo continua enfrentando a crise pós Covid, visto que segundo projeções apontadas pelo Relatório da Onu, o crescimento do **PIB** irá desacelerar, caindo de 3,1% para 1,6% em 2024.

Por outro lado, previsões do livro "Cenário Macroeconômico Global e Brasil 2024" para este ano na economia brasileira são positivas, com expectativa de crescimento de 2,2%, impulsionado por investimentos, geração de emprego e queda da taxa de desemprego.

No geral, as tendências macroeconômicas podem ter um impacto significativo no investimento de capital de risco, influenciando tanto o nível de atividade quanto os tipos de startups que recebem financiamento.

Quando a economia está crescendo e há ampla liquidez no mercado, a atividade de capital de risco tende a aumentar. Isso ocorre porque os investidores estão mais dispostos a assumir riscos e investir em startups de alto potencial e alto crescimento em setores mais relacionados ao consumo, como bens de consumo.

Por outro lado, durante uma recessão, a atividade de capital de risco tende a diminuir, pois os investidores se tornam mais avessos ao risco e procuram investimentos mais seguros e com característica anticíclica, como saúde e educação.

Esses setores mais essenciais são também foco de atenção para os investidores de impacto social, pois concentram hiatos de desigualdade que tendem a aumentar, como foi o caso da educação básica no Brasil durante a pandemia.

Enxergo esse momento atual como uma oportunidade incrível para olhar o investimento de impacto como alavanca de três coisas: retorno ao investidor, crescimento econômico e progresso social.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/vyxn/#p=1>